

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

ALVARO ANDREI TEDESCO DA SILVA

TERRITÓRIO, NATUREZA E POPULAÇÃO: RELATOS DE VIAGEM NA REVISTA DO IHGB
(1839-1857)

Porto Alegre
2024

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

ALVARO ANDREI TEDESCO DA SILVA

**TERRITÓRIO, NATUREZA E POPULAÇÃO: RELATOS DE VIAGEM NA REVISTA
DO IHGB (1839-1857)**

Dissertação apresentada como
requisito para obtenção do grau de
Mestre em História pelo Programa de
Pós-Graduação em História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari

Porto Alegre

2024

Ficha Catalográfica

S586t Silva, Alvaro Andrei Tedesco da

Território, natureza e população : Relatos de viagem na
Revista do IHGB (1839-1857) / Alvaro Andrei Tedesco da Silva. –
2024.

92.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em
História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari.

1. IHGB. 2. Territorialidade. 3. Civilização. I. Murari, Luciana.
II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

ALVARO ANDREI TEDESCO DA SILVA

**TERRITÓRIO, NATUREZA E POPULAÇÃO: RELATOS DE VIAGEM NA REVISTA
DO IHGB (1839-1857)**

Dissertação apresentada como
requisito para obtenção do grau de
Mestre em História pelo Programa de
Pós-Graduação em História da
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Luciana Murari – PUCRS – Orientadora

Profa. Dra. Márcia Regina Capelari Naxara – UNESP

Profa. Dra. Janaina Zito Losada – UFSB

AGREDECIMENTOS

Embora a escrita acadêmica em si normalmente seja um trabalho solitário, a escrita desta dissertação nunca teria sido possível não fossem as pessoas que me apoiaram de diferentes maneiras nesta caminhada.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família, pelo enorme afeto. Especialmente, agradeço aos meus pais, que me amparam e são meu exemplo nos mais diversos âmbitos, e ao meu irmão pelas diversas trocas de conhecimentos que realizamos há anos.

Agradeço aos vários amigos e amigas, mesmo os que estão hoje distantes, que me motivaram me dando forças para seguir o caminho. Entre eles, não poderia deixar de nomear Gasperin e Gregory, que leram parte inicial deste trabalho e me ajudaram a direcioná-lo.

Agradeço também aos vários professores e colegas que tive neste período de mestrado e também na minha graduação, muitos dos quais se tornaram grandes amigos. Particularmente, agradeço ao professor Guilherme Felipe, que me orientou nos meus primeiros passos como pesquisador, e aos colegas Déborah, Bruno e Fabrício, pelos enriquecedores diálogos e parcerias.

Um grande agradecimento também à minha orientadora, professora Luciana Murari, que acreditou no meu trabalho e me guiou por todo este trajeto, criticando minha escrita de forma precisa, indicando importantes leituras e ajudando a gerir expectativas e anseios para conseguir percorrer este caminho.

Finalmente, agradeço ao CNPQ pela bolsa de estudos, essencial para a realização deste trabalho, e à PUCRS, universidade que frequento há quase uma década e que me formou como professor e pesquisador.

No caso de terras recém-descobertas, lugares ainda sem nome, o sujeito, "eterno Adão", de fato não pertence a elas, mas caberia a ele dar nome ao que vê, dar a partida para a inscrição de tais locais no "mundo dos brancos", dos mapas, do tempo histórico. Sua chegada marcaria a origem dessas ilhas aos olhos do Ocidente e sua mudança de um estado de "pura natureza" para uma corrida em direção ao que este viajante entendesse por "civilização", semente a ser lançada por ele nessa terra que crê, paradisíaca ou infernalmente, em branco (Süssekind, 1990, p. 13).

RESUMO

Esta dissertação analisa como os relatos de viagem publicados nos primeiros vinte tomos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) contribuíram para a invenção do Brasil e a construção de sua identidade nacional no século XIX no que diz respeito ao território brasileiro. Esses relatos, realizados por viajantes que representavam o Estado imperial, inventariavam o território e as populações sob a ótica do projeto civilizatório. São analisadas as motivações e perfis dos autores, bem como o papel do IHGB na formação da identidade nacional, a representação da natureza brasileira nos relatos, com enfoque nas suas potencialidades econômicas e no dualismo entre natureza e cultura, e as descrições das populações encontradas nas excursões, como indígenas, negros escravizados, quilombolas, colonos e imigrantes europeus, e suas relações com o ideal de civilização. A dissertação utiliza uma abordagem comparativa, perspectiva de Mary Louise Pratt, para entender como os viajantes produziram concepções de civilização e de si mesmos enquanto agentes deste processo, legitimando a expansão territorial do império.

Palavras-chave: IHGB; Territorialidade; Civilização.

ABSTRACT

This dissertation analyzes how the travel reports published in the first twenty volumes of the *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (IHGB) contributed to the invention of Brazil and the construction of its national identity in the 19th century with regard to Brazilian territory. These reports, written by travellers representing the imperial state, inventoried the territory and its populations from the perspective of the civilization project. The motivations and profiles of the authors are analysed, as well as the role of the IHGB in the formation of national identity, the representation of Brazilian nature in the reports, with a focus on its economic potential and the dualism between nature and culture, and the descriptions of the populations encountered on the excursions, such as indigenous people, enslaved blacks, quilombolas, settlers and European immigrants, and their relationship with the ideal of civilization. The dissertation uses a comparative approach, from Mary Louise Pratt perspective, to understand how travellers produced conceptions of civilization and of themselves as agents of this process, legitimizing the empire's territorial expansion.

Keywords: IHGB; Territoriality; Civilization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. O IHGB E OS AUTORES VIAJANTES.....	17
2. O MUNDO NATURAL.....	39
3. AS POPULAÇÕES.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS.....	85

INTRODUÇÃO

Esta dissertação busca analisar as relações entre relatos de viagem e a apreensão/invenção do Brasil, tema importante para a compreensão da formação da identidade nacional brasileira. Os relatos de viagem, ao analisar um território, também o inventam nesta própria escrita. Fazendo uso de elementos comparativos, o inventam como *outro* a partir do *eu*, do lugar de onde fala o narrador. Este *eu* também se inventa neste mesmo processo, diferenciando-se deste *outro* analisado.¹ Desde a chegada dos europeus ao Brasil, ele foi apresentado como descoberto, passando a existir, como se até então parado, à espera desta descoberta.² Natureza e habitantes deste local são então expostos, no decorrer do período colonial, em escritas que legitimam a própria colonização, e inscrevem o maravilhoso e o exótico, o selvagem e o abundante, o paradisíaco e o pagão, o primitivo e o Novo, em oposição à Europa cristã e universal, que era o sujeito observador deste continente, que poderia conhecê-lo, dominá-lo e extrair suas riquezas.

Com o final do período colonial, um novo país, recém-independente se formava. Que país era esse? Qual sua natureza, sua população, seu território? A maior parte daquela nova nação era desconhecida pela sociedade imperial. Ainda estava por ser “descoberta”, mapeada, inventada. Seria uma segunda “descoberta”, portanto, trazendo também questões relacionadas à invenção do “descoberto”, do “descobridor” e do domínio de um sobre o outro. Porém, este processo ocorria em outro contexto histórico, e ambos, “descoberto” e “descobridor”, eram parte deste novo país independente, o Brasil.

Passados os primeiros anos de turbulência política, é criada uma instituição que buscará compreender este país com um viés científico, rigoroso, racional. Em 1838 têm início os trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Composta por membros da elite imperial, tal instituição buscará inventariar e assim inventar a história e a geografia brasileiras, elementos essenciais para a construção da identidade nacional. Essa ideia de nação estava atrelada ao Estado monárquico,

¹ Esta relação criada entre o *eu* e o *outro* nas narrativas de viagem é denominada *retórica da alteridade* pelo historiador François Hartog, que utiliza os relatos de viagem do historiador grego Heródoto como base de sua análise (Hartog, 1999).

² Embora trate do continente americano como um todo, são também válidas para o território brasileiro as críticas de Edmundo O’Gorman acerca da ideia de *descoberta* da América por parte dos europeus, apontando que o que ocorreu foi uma invenção por parte destes europeus do que é a América e, ao mesmo passo, o que é a Europa. Foi esta invenção que se dizia descoberta que serviu para legitimar o domínio e a colonização do continente americano pelo europeu (O’Gorman, 2010).

e era uma continuação dos ideais civilizatórios da Coroa portuguesa, uma perspectiva racista, conservadora e elitista, portanto (Guimarães, 1988).

Este trabalho buscará entender parte deste processo de invenção da nacionalidade brasileira, analisando relatos de viagens feitas durante os primeiros anos do Instituto e publicados nos primeiros vinte tomos da sua Revista (RIHGB)³. Estes relatos eram essenciais para a produção de conhecimento territorial sobre o recente país, ainda mais considerando que seu território, embora formalmente sob posse do Império, na prática contava com vastas regiões desconhecidas pelo Estado, locais que não estavam de fato sob domínio da sociedade eurodescendente deste recém independente país.

Estas viagens e seus relatos buscam realizar uma posse do território nacional, porém é importante notar que se trata antes de uma posse simbólica, pois a real integração da maioria destas regiões ao Estado é mais uma vontade do uma realidade possível neste momento. Tendo apenas o texto das viagens como base, na maioria dos casos seria difícil encontrar com precisão os locais analisados, além das diversas dificuldades logísticas, dos obstáculos humanos e naturais para civilizar tais regiões. Entretanto, é exatamente o relato destes locais a partir da vontade de realização de um processo civilizatório que os inventa, que constrói as noções de civilização e selvageria, e que coloca os autores como centro do próprio discurso, como autoridades para inventariar o território brasileiro.

Sobre os relatos de viagem escolhidos para a análise, cabe apontar que, embora a Revista publique muita literatura de viagem dos anos anteriores, nos debruçaremos apenas sobre relatos de viagens feitas a partir da criação do Instituto. Tratando-se de uma dissertação de mestrado, com limitações de tempo e de experiência deste pesquisador, usaremos uma amostra limitada de textos, buscando privilegiar aspectos que possam demonstrar qual entendimento prevalecia no discurso sobre o território brasileiro constante nos periódicos dos primeiros anos do IHGB.

Os viajantes cujos textos analisamos aqui, em sua maioria, não faziam diretamente parte da elite que orbitava a corte, embora se posicionassem como

³ A Revista do IHGB é uma fonte excelente para compreender os diversos aspectos acerca da ideia de nação brasileira que o Instituto buscava formar, sendo publicada trimestralmente desde 1839. Era ali o local em que se poderia “registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da Revista se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contida [...], de artigos, biografias e resenhas de obras” (Guimarães, 1988, p. 20).

representantes do poder instituído, buscando legitimar a presença do Estado nas regiões exploradas. Portavam-se como parte do processo civilizatório e realizavam uma leitura de caráter extremamente instrumental do território, analisando natureza e populações a partir das suas possibilidades de aproveitamento pela civilização imperial.

As análises que compõem esta dissertação são frutos de uma leitura sistemática de relatos de viagem, em que os textos foram examinados através de tópicos, permitindo um cruzamento de dados e uma análise comparativa. As análises de Mary Louise Pratt em sua obra *Os olhos do Império* acerca de relatos de viagem e de sua construção trazem elementos que inspiram a metodologia deste trabalho, porém com certas modificações decorrentes da diferença de objeto que temos aqui. Pratt busca responder

Como o relato de viagem produziu o “resto do mundo” para leitores europeus em momentos particulares da trajetória expansionista da Europa? De que forma esta produziu concepções européias de si mesma, diferenciadas em relação aquilo que passou a ser possível denominar “o resto do mundo”? Como tais práticas de estabelecimento de significados codificam e legitimam as aspirações de expansão econômica do império? Como elas as evidenciam? (Pratt, 1999, p. 28-29).

Nós analisamos como os já referidos relatos de viagem e exploração produziram o próprio Brasil para leitores brasileiros em um momento particular da trajetória de formação e expansão do Estado brasileiro. Entretanto, embora os relatos produzissem o Brasil, não era todo o país que estava sendo percorrido nestas viagens. Eram as regiões mais distantes dos centros de poder estatal, dos locais dominados por aquela sociedade neoeuropeia, herdeira do Império português. Também os destinatários dos relatos não eram os brasileiros em geral, mas pessoas que eram parte da elite dominante, diretamente os integrantes do IHGB ou outras autoridades, tais como presidentes de províncias, também vinculados ao poder imperial. Indiretamente, era ao próprio imperador que se escrevia, pois este Brasil é uma monarquia e o centro simbólico do poder é o imperador. Ademais, este imperador, dom Pedro II, é também interessado em analisar e compreender o país, participando ativamente do Instituto e patrocinando-o, como veremos nesta dissertação.

A formação do Estado imperial brasileiro se realiza assim buscando sua expansão *interna*, no esforço por civilizar aquele território “herdado” da Coroa portuguesa. Mesmo assim, a ideia de uma autodescoberta não pode ser totalmente

descartada, pois se trata de brasileiros buscando descobrir o que significa o Brasil e o que significa ser brasileiro. Demonstraremos como tais condições afetam suas análises.

Examinaremos como noções iluministas, relacionadas a uma busca universal pela expansão da civilização, se fazem presentes, sendo o próprio IHGB uma instituição fortemente aferrada a ideais iluministas, principalmente em seus primeiros anos (Guimarães, 1988). Entretanto, concepções românticas também acabam por influenciar os autores cujas fontes analisamos aqui, sendo o romantismo uma importante fonte do nacionalismo. As particularidades relacionadas ao movimento romântico no Brasil, sua valorização da natureza exótica e exuberante e do indígena heroico do passado (Lima, 2007; Naxara, 2004; Mantovani, 2023), fazem parte do ambiente cultural que explora o significado do nacionalismo brasileiro no século XIX e investigaremos suas influências nos relatos de viagem.

Nós analisamos de que forma este Estado produziu concepções imperiais, civilizatórias, de si mesmo, diferenciadas em relação àquilo denominado selvagem, incivilizado, interno ao próprio território. Interessa-nos também compreender como os próprios indivíduos que empreenderam a viagem se autoproduzem como agentes deste processo civilizatório a partir de sua diferenciação em relação àquilo que encontram em suas viagens. Eles são externos ao que relatam, e se constroem como autoridades nestes relatos.

Nós analisamos como suas práticas de estabelecimento de significado codificam e legitimam as aspirações de expansão econômica interna do império brasileiro e como elas as evidenciam. Investigamos como a leitura do território a partir do processo civilizatório está atrelada à possibilidade de utilidade econômica daquilo que é encontrado e demonstra a relação entre o civilizar e o tornar parte do mercado capitalista. Ademais, analisamos como estes relatos apontam os interesses privados de seus autores, que também veem nesta escrita oportunidades pessoais, além do evidente interesse público de suas viagens.

Diferentemente de alguns viajantes analisados por Pratt, os autores cujos textos investigamos não são naturalistas. A sistematização da natureza em um esquema científico, como o projetado por Lineu, e o recolhimento de exemplares para compor coleções não é o que ocorre aqui. Ao invés deste interesse

aparentemente inocente,⁴ esses viajantes se assemelham àqueles europeus denominados *vanguarda capitalista* pela mesma autora. Tal como os naturalistas, eles ignoram os contextos e as relações sócio-ecológicas locais⁵, porém não o fazem por questões científicas, mas diretamente para projetar sua exploração, seu uso mercantil.

Entretanto, diferentemente dos europeus da *vanguarda capitalista*, os viajantes/autores aqui analisados são em sua maioria brasileiros. Eles são parte de um país monárquico recém independente. Sua escrita precisa lidar com tais hierarquias, relacionadas mais ao Estado imperial do que a empresas diretamente capitalistas. Além disso, estão explorando seu próprio país, o que os faz narrar essa projeção de exploração capitalista de forma diferente, com um grande foco em demonstrar os pontos positivos de tal ação para a nação.

Importantes trabalhos já trataram da Revista do IHGB e são base obrigatória para esta dissertação. Entre eles, destacamos: o clássico trabalho de Manoel Luis Salgado Guimarães, que aponta características gerais do Instituto, seu contexto e seu funcionamento (Guimarães, 1988); os estudos de Márcia Regina Capelari Naxara acerca da formação da identidade nacional brasileira no século XIX através dos discursos cientificista (incluída aí a produção do IHGB) e romântico, assim como as relações entre ambos os discursos (Naxara, 2004); as análises sobre o discurso etnográfico do Instituto, feitas por Kaori Kodama e Rodrigo Turin, que apontam como eram pensadas as relações entre etnografia, história e geografia, além do local destes indígenas em relação à identidade e à historicidade da nação (Kodama, 2009; Turin, 2013); e as pesquisas de Janaina Losada sobre o discurso acerca do mundo natural no IHGB a partir dos relatos de viagem publicados na sua Revista (Losada, 2007).

Os textos analisados neste trabalho, em sua maioria, não foram diretamente objeto dos trabalhos indicados. São textos de viagens ocorridas já durante a existência do Instituto, não publicações de relatos anteriores ao surgimento da instituição. Os autores dos relatos aqui analisados não participavam diretamente dos

⁴ Pratt aponta a aparente inocência dos naturalistas, pois, diferentemente dos conquistadores dos séculos anteriores, não buscavam diretamente saquear o local explorado. Entretanto, tal processo de sistematização do mundo natural ocorria também como uma forma de apropriação e servia a interesses imperiais e capitalistas (Pratt, 1999, p. 106-107).

⁵ Pratt assinala “modos de vida de subsistência, sistemas não monetários de troca e economias regionais auto-sustentadas” (Pratt, 1999, p. 267). Nós acrescentamos relações ecológicas entre humanos e não-humanos, que também ocorriam e eram ignoradas em todos estes locais (Cabral, 2014).

grandes debates feitos no IHGB. Suas viagens não eram viagens ilustradas, filosóficas, literárias ou científicas. Estavam de certa maneira à margem destes discursos, mas também eram influenciadas por eles. Porém, tampouco estes autores se reconhecem como iguais às pessoas dos locais que exploram, marcando constantemente sua diferenciação através de suas análises e de sua vinculação ao projeto civilizatório.

O recorte temporal escolhido para a investigação nesta dissertação vai até o volume XX da Revista do IHGB, no ano de 1857, pouco antes da primeira viagem da Comissão Científica de Exploração. Esta expedição, feita entre 1859 e 1861, foi a primeira grande viagem de exploração composta apenas por brasileiros, marcando uma mudança para um período de maior institucionalização científica no Brasil, com a presença de equipamentos e integrantes que permitiram tal cientificidade. Ainda, no ano de 1859 foi lançada *A origem das espécies*, de Charles Darwin, obra que trouxe mudanças de paradigma na análise do mundo natural e também do mundo social, tendo em vista as leituras do evolucionismo social cada vez mais presentes a partir de então, leituras que levaram as reflexões do livro de Darwin para o mundo social.

Finalmente, realizamos agora uma pequena introdução aos capítulos deste trabalho. O primeiro deles diz respeito à autoria dos relatos de viagem analisados. Examinamos o IHGB e seu papel na formação da nacionalidade e da territorialidade brasileiros. Começamos a entender o paradigma civilizatório a partir do qual são realizadas as interpretações das viagens e como ele era entendido pelos autores-viajantes como algo necessário em sua escrita, de forma a cumprir com as expectativas das autoridades para quem escreviam. Realizamos uma breve pesquisa biográfica dos autores, buscando local de nascimento, formação, profissão e demais informações que ajudem na compreensão de suas motivações com a viagem e com o seu relato. Examinamos seu papel como representantes do processo civilizatório em suas jornadas, tanto por relatarem o que encontram, inventando o território nacional, quanto no papel que exercem na própria viagem como autoridades.

O segundo capítulo tem como tema o relatado acerca do mundo natural. Examinamos de que maneira os autores inventariam e inventam a natureza brasileira em sua escrita, sempre tendo como base o projeto civilizatório do Império do Brasil. Assim, apontamos como animais, plantas e minerais são percebidos de

forma utilitária, como recursos ou obstáculos para a civilização do país. Também realizamos uma análise dos relatos de viagem acerca das relações entre o processo civilizatório, as modificações na dualidade natureza/cultura, a mercantilização da natureza e a integração territorial, aspectos importantes destes relatos. Ainda, mostramos como noções românticas e racionalistas influenciaram estas análises acerca do mundo natural.

Já o terceiro capítulo se volta aos relatos acerca das populações encontradas nas viagens. Analisamos como povos indígenas, negros escravizados e quilombolas, colonos e imigrantes europeus são também relatados e assim inventados a partir do ideal civilizatório. Os relatos analisavam quais populações estariam mais próximas do mundo natural, selvagem, ou do mundo social, civilizado. Importante também apontar que, além das pessoas que são encontradas nestes locais, também analisamos quem são e como são enquadrados os companheiros de viagem dos autores. Ainda, apontamos como certos silenciamentos demonstram importantes características acerca do que se projeta como nação brasileira e como ela apresentava seu caráter racista, embora tal definição ainda estivesse em aberto e fosse discutida à época.

Assim, acreditamos que este trabalho possa somar algo no entendimento da formação da nacionalidade brasileira, nas suas relações com seu território, com as populações do país e com o seu mundo natural.

1. O IHGB E OS AUTORES VIAJANTES

Este capítulo trata dos viajantes cujos relatos de viagem analisamos nesta dissertação, encontrados nos primeiros vinte tomos da RIHGB, assim como do próprio Instituto e de sua Revista. Aponta o papel do Instituto como instituição central para formação do nacionalismo brasileiro, mais especificamente, na compreensão e invenção do território do nascente país. Analisa como o IHGB define o que deve ser buscado, encontrado e estudado nas viagens, consolidando uma interpretação do território a partir da necessidade de um *processo civilizatório*, paradigma entendido como necessário às narrativas elaboradas pelos autores e aceitas para constarem na Revista do Instituto. Traça uma breve biografia dos viajantes, buscando perceber suas motivações em escrever textos conforme o esperado pelas autoridades para quem escrevem. Analisa como parte de tais autoridades é a eles transferida em suas jornadas e em suas escritas. Finalmente, demonstra o papel civilizatório dos viajantes em suas excursões para além apenas da sua escrita.

O século XIX é conhecido pelo advento da ideologia nacionalista, ou seja, pela invenção do nacionalismo em diversos locais do mundo. Esta invenção ocorre também no Brasil, no contexto de um país há pouco independente, saindo de um momento de grandes conturbações políticas, com muitas revoltas regionais e com elites locais e nacional buscando uma integração territorial. O vasto território virtualmente sobre posse de Portugal no período colonial poderia se tornar diversos países independentes, possivelmente republicanos, como ocorrido nos antigos territórios da América espanhola. Este era um grande temor entre tais elites, visto a possível derrota de sua ordem social, especialmente do regime escravista legalmente vigente em todo território (Magnoli, 1997, p. 291-292).

Assim, diferentemente dos casos dos demais países do continente, republicanos, as elites brasileiras inventam a nacionalidade brasileira diretamente relacionada ao Estado monárquico, uma nacionalidade "continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa" (Guimarães, 1988, p. 6). Uma vez sendo atrelada à empreitada colonial de Portugal, essa ideia de nação será liderada pela população branca, privilegiando as ideias desta, e sendo, portanto, racista, conservadora e elitista.

A invenção da nacionalidade necessitava de certas características simbólicas importantes. A noção de uma integração do território nacional entra aí, sendo importante notar que o território do recente país era vastamente desconhecido pela monarquia, razão que torna tal tarefa ainda mais relevante.

O historiador ambiental José Augusto Pádua aponta que a construção do conhecimento acerca do território brasileiro está diretamente associada à construção do Estado nacional, grande processo político do país no século XIX. Tudo isso passou não apenas por um movimento de unificação político-econômica relacionado às oligarquias regionais e seus ajustes centrado numa estrutura institucional unificada, mas pela própria construção científico-cultural do território brasileiro enquanto algo único, coerente entre si em diversas esferas, espiritual, geográfica e histórica, sendo, portanto “essencial desenhar a própria imagem do novo país independente” (Pádua, 2018, p. 57).

Fundado em 1838, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro será espaço privilegiado para a elaboração de tal imagem, através das disciplinas da História e da Geografia, conforme aponta o historiador Manoel Luís Salgado Guimarães. Já pelo próprio nome “Histórico e Geográfico”, torna-se evidente o projeto do Instituto de utilizar as ferramentas da história e da geografia. Ambas as disciplinas forneceriam dados essenciais para a definição do quadro nacional em formação; história e geografia como dois momentos de um mesmo processo, ao fim do qual a imagem da Nação, em sua totalidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineada (Guimarães, 1988, p. 14).

Os membros do Instituto eram parte de uma elite imperial letrada, e alguns dos textos analisados aqui são escritos por pessoas deste lugar social. As razões pelas quais alguém se torna membro da instituição diziam menos a respeito de características intelectuais e acadêmicas e mais sobre suas relações na Corte do Império. Sendo assim, a maioria dos membros do IHGB eram pessoas que desempenhavam funções estatais, como magistrados, militares ou burocratas. A sua missão era difundir e homogeneizar o “projeto nacional” entre toda a elite letrada imperial espalhada por diversas regiões do país, e tal elite, em geral, considerava o IHGB legítimo para tal tarefa⁶ (Guimarães, 1988, p. 9-10).

⁶ Havia também esforços de elites regionais que pensavam a sua região de forma específica, com menor vinculação ao grande projeto nacional, porém resta que o “local autorizado” que se impunha e se fazia aceito seguia sendo o IHGB (Sá, 2023).

Entretanto, é importante perceber que a maioria das narrativas de viagem analisadas nesta dissertação não foram escritas diretamente por membros do IHGB, mas por pessoas que, de qualquer forma, tem ligação com alguma autoridade vinculada ao Instituto, assunto do qual trataremos adiante.

Em *Os olhos do império – relatos de viagem e transculturação*, a crítica literária Mary Louise Pratt realiza um exame das representações de espaços não-europeus encontradas na literatura de viagem escrita pelos próprios europeus. Na obra, ela afirma que

Engenheiros, mineralogistas, criadores de gado, agrônomos, bem como militares — esses viajantes de princípios do século XIX eram frequentemente enviados [...] por companhias de investidores europeus, como especialistas à procura de recursos exploráveis, contatos e contratos com as elites locais, informações sobre possíveis associações, condições de trabalho, transporte, mercados potenciais e assim por diante (Pratt, 1999, p. 252-253).

No caso dos relatos de expedições constantes na Revista do IHGB estudados nesta dissertação, percebemos que não é apenas na literatura escrita por e para os europeus que encontramos estes profissionais, entre outros, buscando localizar recursos e mapear possíveis condições para explorar povos e regiões. Certamente existem interesses de caráter individual e empresarial nas excursões, mas sempre se sobressaem na escrita aqueles objetivos nacionais civilizatórios, pois também o Império brasileiro tem interesse em mapear estes aspectos no território do recém independente país. Por isso, há amplo financiamento imperial às expedições feitas a pedido do IHGB (Guimarães, 1988), enquanto outras delas são feitas por funcionários do Império do Brasil em serviço, conforme veremos adiante, sendo estes portanto remunerados para tais empreitadas. Ademais, podemos perceber que o *duplo projeto* dos agentes individuais e dos impérios europeus, analisados por Pratt, também se encontra no Império do Brasil e nos agentes individuais brasileiros ou estrangeiros que realizam as expedições narradas na RIHGB.

Também analisando o Instituto, Salgado Guimarães aponta essa comunhão de interesses:

Vários são os exemplos de empreendimentos de natureza semelhante [economicamente, a viabilidade de integração de novas terras para o cultivo agrícola e a descoberta de eventuais riquezas minerais; politicamente, um tal projeto poderia contribuir para o que o documento caracterizava como "interiorização da civilização" e reconhecimento das fronteiras ocidentais do Império como forma de melhor protegê-las], tanto nacionais quanto estrangeiros, que recebem o apoio do Instituto Histórico e seu empenho junto ao Estado. Na verdade, a diversidade de interesses possíveis de serem atendidos por expedições científicas desta natureza, poderiam

explicar por que num momento específico de construção de um projeto nacional, tais viagens obtiveram apoio de uma instituição cultural como o IHGB e, em última análise, do próprio Estado, que termina por financiá-las (Guimarães, 1988, p. 19).

Ainda, é importante salientar que todos os autores analisados são homens, demonstrando claramente o caráter masculino tanto do ato de “desbravar” as regiões consideradas menos civilizadas do território brasileiro quanto no mundo ilustrado vinculado à família real. O imaginário do espaço desconhecido é “feminilizado”⁷ neste processo, sendo o *processo civilizatório* imperial relacionado não apenas ao domínio, mas também à domesticação deste território pelos homens (Gregory, 2001, p. 99).

Entretanto, há um caráter andrógino na forma dos relatos constantes na Revista do IHGB, similar ao encontrado nos trabalhos dos naturalistas analisados por Pratt. Tais naturalistas foram estudiosos especializados no entendimento do mundo natural. Eles utilizavam uma forma de classificação de espécies desenvolvida pelo sueco Carl Lineu para criar um sistema organizado de categorização dos seres. Analisando características taxonômicas das espécies, sem relacioná-las aos seus contextos no ambiente ou a demais saberes humanos anteriores acerca de tais espécies, os naturalistas buscavam encontrar uma ordem coerente no mundo natural. Viajavam para diversas regiões do mundo buscando conhecê-lo e entendê-lo por completo, sempre operando dentro de tal sistematização. Acreditavam que, a partir daí, teriam acesso ao conhecimento purificado e neutro, despido de relações desnecessárias, atentos apenas às aproximações e distanciamentos de cada ser nesta grande ordem inventada (Foucault, 2007, p. 178-181).

Pratt aponta que a estrutura paternal de discipulado é claramente evidente entre os naturalistas e Lineu. Enquanto este, o pai/rei, governa em casa sobre o jardim/reino, seus filhos se espalham pelo mundo em busca das peças que faltam para completá-lo. Em sua aparente inocência, a jornada do naturalista envolve uma imagem de conquista e submissão. A natureza é o jardim que ele saqueia e possui. No entanto, diferentemente do conquistador, o botim não é roubado de ninguém (Pratt, 1999, p. 106-107).

⁷ Particularmente, a natureza das regiões tropicais é produzida nos séculos XVIII e XIX como exuberante, sensual e sedutora, relacionada à frouxidão moral e inconstância das populações indígenas (Gregory, 2001), aspectos que trataremos com maiores detalhes nos próximos capítulos.

Embora os autores dos textos de viagem da RIHGB não sejam naturalistas, é possível facilmente realizar um paralelo entre estes e sua relação de submissão a Lineu, com a submissão daqueles ao imperador, que acompanhou desde muito cedo os trabalhos do Instituto, ou a alguma outra autoridade também vinculada ao Estado. Mesmo assim, uma importante diferença dos relatos analisados em relação ao trabalho dos naturalistas é seu caráter menos científico e mais técnico ou administrativo. Enquanto estes procuravam registrar e classificar novas espécies com o objetivo declarado de aumentar os conhecimentos ditos universais acerca do mundo vivo, os viajantes cujos textos analisamos nesta dissertação buscavam compreender as regiões para civilizá-las, e quando dirigiam sua atenção para aspectos do mundo natural era diretamente com tal objetivo em mente.

Entretanto, há uma correspondência entre a busca dos naturalistas por compreender e encaixar as espécies em uma ordem a partir de aproximações, ignorando o meio e a história individual de cada espécie, e a busca dos autores analisados por compreender e encaixar as diversas coisas vistas em suas excursões em uma ordem civilizatória, também a partir de aproximações e ignorando o meio e a história individual destas.

Finalmente, é importante notar o papel do próprio imperador nestes processos. Além de patrocinar financeiramente o IHGB, Dom Pedro II participa com crescente intensidade do Instituto. Já no primeiro ano da instituição, em 1838, se torna seu “protetor”, cedendo uma sala do Paço Imperial para a realização de suas reuniões no ano seguinte. Em 1840 passa a frequentar a maioria destas reuniões, presidindo diversas delas e assumindo participações crescentemente mais efetivas conforme amadurece. O monarca tinha total ciência da importância da formação da nacionalidade brasileira e acreditava na relevância do IHGB para tal missão (Schwarcz, 1998, p. 198-199)⁸. Portanto, os trabalhos constantes da Revista do Instituto não apenas seriam importantes para o Império do Brasil de forma geral, mas seriam acompanhados com atenção diretamente pelo próprio imperador.

⁸ Dom Pedro II tornou-se imperador brasileiro com apenas cinco anos de idade, em 1831, a partir da abdicação de seu pai, Dom Pedro I. Portanto, desde cedo foi instruído para tal posição, que exerceria de fato apenas a partir de 1840, quando acaba o período regencial, iniciado nove anos antes. Seu amplo domínio de diversas áreas de conhecimento o permitirá acompanhar com entendimento o mundo artístico e científico e o impulsionará ao patronato não apenas do IHGB, mas de diversas instituições artísticas e científicas do país, ciente da importância destas áreas para a construção nacional (Schwarcz, 1998).

Podemos encontrar, inclusive, no final do texto apresentado ao IHGB pelo major do imperial corpo de engenheiros Henrique de Beaurepaire-Rohan um relato de sua visita ao imperador ocorrida logo após sua viagem. No trecho, manifesta o privilégio de ser interrogado por Dom Pedro II como uma espécie de recompensa pelos infortúnios da viagem:

Cheguei ao Rio de Janeiro, *que desejado já de tantos fora*, cinco mezes e sete dias depois de minha sahida de Cuyabá, comprehendidos dois mezes e vinte e sete dias de falha. No dia seguinte tive a honra de ser apresentado a SS. MM. II. e sua augusta família. A benevolência do Monarcha, que se dignou interrogar-me sobre algumas circumstancias do meu trajecto, o acolhimento que recebi dos seus ministros e o prazer tão natural de tornar a ver a minha família e amigos, de que havia dois annos e meio me achava separados, fizeram-me promptamente esquecer alguns incommodos que passei durante esta viagem, da qual não conservo hoje senão recordações agradaveis, e a satisfação de ter conhecido esse Paraguay que tão penosa celebraida adquirira durante o injusto captiveiro (1847, Rohan, p. 397).

Assim, pensando numa intersecção entre histórias e interesses pessoais, com aqueles do Império, podemos agora realizar uma breve análise biográfica dos indivíduos viajantes/autores cuja escrita encontramos nas páginas da Revista do Instituto em seus primeiros vinte anos de existência.

Cabe ressaltar que, embora alguns destes tenham sido anteriormente estudados, e já exista vasto material acadêmico sobre suas trajetórias, sobre outros não encontramos informações para além de nome e profissão. Ainda em se tratando de uma dissertação de mestrado e, portanto, contando com limitações de tempo e de experiência do pesquisador, o presente trabalho visa analisar dezessete relatos, com autorias diversas, tendo como foco principal uma análise de caráter geral do seu papel no mapeamento e na invenção do território brasileiro à época. Assim, a análise sobre as origens individuais dos autores analisados não será feita exaustivamente, certamente restando muito para se pesquisar sobre o assunto. De todo modo, alguma apresentação de caráter introdutório é necessária para a elaboração dos argumentos. Para maior clareza, apresentamos em anexo um breve quadro com algumas informações principais de cada escritor.

Entre os quinze autores cujos textos aqui analisados compõem a RIHGB, três são membros correspondentes do Instituto e escrevem diretamente para este. Três dos autores, embora também escrevam propositalmente para o IHGB, não são considerados membros correspondentes por este. E, finalmente, encontramos nove autores cujos textos, mesmo não sendo escritos com o intuito de chegar ao Instituto,

foram entendidos como importantes para compor sua Revista, sendo oferecidos à avaliação da Instituição. Nestes casos, temos textos primeiramente endereçados aos presidentes de províncias do Império do Brasil por pessoas subordinadas a estes (cinco casos), um relatório escrito pelo próprio presidente provincial do Amazonas para a Assembleia Legislativa desta província, e dois relatos escritos às ordens de um membro do Instituto, que já vislumbra remeter as narrativas à Instituição. Assim, mesmo quando não se faz plenamente presente a necessidade de adequar-se à narrativa esperada pelo IHGB, os autores têm sempre sua escrita subordinada a alguma autoridade vinculada diretamente ao Império e às suas estruturas de poder, escrevendo portanto a partir da necessidade de atender às suas expectativas.

João da Silva Machado, mais conhecido por seu título de barão de Antonina, era uma destas autoridades. Sócio do IHGB, ele promoveu diversas expedições e três dos textos aqui analisados foram por ele enviados ao Instituto e posteriormente publicados na RIHGB. Trata-se de uma figura de grande poder no Império, advindo de empreendimento pecuário e militar, que tem grande responsabilidade na fundação do estado do Paraná. Entretanto, o barão realizou apenas uma pequena parte do percurso narrado na RIHGB. Enquanto, ele normalmente se encontrava em sua fazenda no município de Faxina, na província de São Paulo, os responsáveis pela integralidade das viagens e pela escrita dos relatos primários destas eram outras pessoas, contratadas pelo barão.⁹ (Wissenbach, 1995).

Será João Henrique Elliot, conforme traz a documentação, aporuguesando o nome de John Henry, um marinheiro estadunidense que se estabeleceu no Brasil Imperial, que realizará algumas expedições em nome do barão de Antonina, assim como os registros destas, posteriormente enviados ao IHGB. Estabelecido em Curitiba, em 1840, o estrangeiro tinha habilidades com aparelhos de viagem e de navegação, assim como com pintura de aquarelas para registro de suas viagens, aptidões certamente muito úteis e valorizadas pelo barão (Wissenbach, 1995). Não sendo brasileiro nato, podemos imaginar que sua visão das terras encontradas traz características diversas, advindas de um distanciamento de origem, que certamente traz comparações, julgamentos e aplicação de modelos e esquemas lógicos

⁹ Os relatos primários eram feitos por seus encarregados, porém eram posteriormente alterados pelo próprio barão. Estas alterações eram mínimas, conforme aponta Corrêa (2017), portanto trataremos dos relatos como feitos pelos seus autores primários.

diversos. Tal distanciamento talvez ajude também a explicar o interesse de tal personagem em empreender tais expedições, mas se destacam certamente as possibilidades de ganhos materiais em troca de seu serviço.¹⁰

Outro personagem que realiza estas viagens exploratórias a mando do barão de Antonina e cujos relatos são publicados pela RIHGB é Joaquim Francisco Lopes. Tendo origem brasileira, ao contrário de Elliot, Lopes vinha de família já reconhecida como sertanista, sendo respeitado como solitário e intrépido. Natural de Minas Gerais, Joaquim já tinha experiência em desbravar áreas consideradas perigosas, em reconhecer rios e comandar bandeiras. Seus interesses individuais nas explorações provavelmente têm ligação com sua profissão de sertanista e, após trabalhar para o barão, continuará ligado a outras empresas do gênero, a mando dos governos provinciais do Paraná e do Mato Grosso (Wissenbach, 1995).

Voltando brevemente ao sócio do Instituto, João da Silva Machado, o barão de Antonina, podemos perceber a serventia das viagens exploratórias e de seus relatos em dois fortes propósitos. Primeiramente, elas fazem parte daquela denominada missão civilizatória, trazendo ao Império informações sobre áreas dos sertões, característica que analisaremos com maior atenção ao longo da dissertação. Porém, além desta missão grandiosa ligada diretamente à construção do território e da nacionalidade brasileiros, as viagens e os registros das viagens feitas por seus empregados serviam ao barão como instrumentos para apropriação de vastos territórios,¹¹ aumentando assim sua riqueza, seu poder e sua influência no Império brasileiro (Wissenbach, 1995, p. 138-139).

Encontramos algo diferente ao analisarmos outras trajetórias, como a de Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, major do imperial corpo de engenheiros, e seu relato como membro correspondente do IHGB. Oriundo de uma influente família francesa que, fugindo de Napoleão Bonaparte, acompanhou a vinda da Família Real portuguesa ao Brasil em 1808, Beaurepaire-Rohan formou-se em engenharia na Escola Militar e ocupou cargos públicos em diversas províncias. Sua

¹⁰ Após seus serviços, Elliot morou em uma propriedade do barão de Antonina até sua velhice (Corrêa, 2015).

¹¹ Até o ano de 1850, as terras eram apropriadas via posse, tanto por parte de grandes latifundiários quanto de pobres lavradores. Os primeiros buscavam legitimar sua posse por doação do governo, que normalmente eram feitas a quem apresentasse meios e vontade de explorá-las ou fraudando a documentação necessária. Após a Lei de Terras de 1850, a apropriação fundiária passou a ocorrer através de sua compra, valorizando a propriedade de terras. Antes percebidas como uma marca de *status social* ou um local para produção, as terras se tornam propriamente mercadorias (Corrêa, 2015).

trajetória tem tanto caráter militar, quanto civil e intelectual, atuando também na Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, para além do próprio IHGB. Durante sua vida galgou títulos de nobreza e militares, vindo, entretanto, a defender argumentos abolicionistas na fase final do Império. Porém, Beaurepaire-Rohan não frequentava apenas os ambientes do território nacional que seriam considerados seguros por ele e pela sociedade imperial, tendo participado diretamente de diversas viagens pelas regiões ditas não civilizadas (Sousa, 2018), como a narrada na revista do Instituto. Seus interesses individuais nestas expedições certamente são seu reconhecimento como entendido dos sertões brasileiros, mapeando recursos, populações, fronteiras e as melhores maneiras de lidar com eles. Deste modo, Beaurepaire-Rohan também aumentava seu prestígio pessoal e profissional.

Hilário Maximiano Antunes Gurjão também foi militar e era major da artilharia quando escreveu seu relato de viagem, oferecido ao Instituto por Herculano Ferreira Penna, presidente da província do Amazonas na época. Porém, enquanto Beaurepaire-Rohan havia realizado sua expedição durante um período de férias, a viagem realizada por Gurjão foi feita por ordem do recém nomeado presidente da província, buscando a escolha do local apropriado para a construção de um quartel na região do Rio Negro, nas fronteiras de Marabitanas, perto da serra do Cucaí. Participando de batalhas desde muito jovem, Gurjão seguiu carreira militar, se graduando também como Bacharel em Matemática. Sua instrução é notável ao tratar de diversos temas, como o estado em que se encontram as populações, aspectos da fauna e da flora do local, e principalmente a análise de que instituições são necessárias para levar a civilização ao local, de modo a torná-lo real parte do Império e guardando assim a fronteira de ataques de quaisquer inimigos (Gurjão, 1855). O militar segue as ordens recebidas ao realizar seu relato, que posteriormente é enviado ao IHGB, de modo a auxiliar os leitores à compreensão do país que estava sendo mapeado e inventado ali.

Manoel Rodrigues de Oliveira é outro major que escreve para a Revista do Instituto. Retomando, após o fracasso do cônego Benigno, a busca de uma suposta povoação abandonada no interior da província da Bahia, dotada de diversas riquezas, Oliveira afirma realizar a busca apenas “as vistas da gloria de ser util ao paiz [...]; e não jámais o sórdido interesse, nem premio algum mais que [...] engrandecimento e maior riqueza da minha pátria” (Oliveira, 1848, p. 369). Apesar de tal declaração de altruísmo, é evidente que tal expedição, caso bem sucedida,

também traria grande prestígio ao explorador, mesmo que este não se apropriasse particularmente de qualquer riqueza ou território, tal como no exemplo do barão de Antonina. Ademais, tratando-se de um militar, novamente podemos considerar que bons resultados poderiam aumentar sua notoriedade no próprio meio profissional.

Herdando terras de seus pais em região que pertencia primeiramente à província de São Paulo, Joaquim José Pinto Bandeira também foi um sertanista e, em suas explorações, além de escrever para o Instituto acerca de suas viagens, acabou por adquirir terras nestes locais, razão importante que explica também suas intenções nas jornadas exploratórias. Ademais, se tornou importante político local, Presidente da Província do Paraná, além de coronel comandante superior da Guarda Nacional de Curitiba, São José dos Pinhais e Lapa (antiga Vila do Príncipe) (Assembleia Legislativa do Estado do Paraná).

Realizando trabalhos na província de Alagoas, José Carlos de Carvalho foi primeiro-tenente do imperial corpo de engenheiros e é responsável por apresentar uma análise acerca da conservação das matas da região e das diversas populações que ali habitam. Este texto é feito por ordem do presidente desta província, de modo a compreender melhor as medidas que devem ser tomadas e também é publicado na RIHGB. Conforme já apontamos, podemos perceber a recorrência de textos que, constando na Revista, não foram primeiramente escritos com o intuito de ser publicados neste local, mas sim visando analisar alguma região conforme ordens recebidas de autoridades provinciais.

Hermenegildo Antonio Barbosa d'Almeida, já filho de militar, ingressou na marinha, onde alcançou diversas promoções e méritos militares, até se tornar membro efetivo do conselho naval. Foi Juiz de Direito Substituto e, finalmente, chegou inclusive a compor o conselho do próprio imperador. D'Almeida também escreve seu relato a partir de um pedido do presidente da província, seu irmão Luiz Antonio Barbosa d'Almeida, sócio do IHGB, para narrar a situação dos locais em que passasse. Ele também foi conhecido por sua escrita em diversos periódicos, demonstrando que seu talento militar estava aliado à intelectualidade e à política imperial (Blake, 1893). Estes diversos aspectos estavam constantemente entrelaçados na elite do Império.

A grande participação de militares na escrita dos relatos enviados ao IHGB e publicados em sua Revista se explica tanto por sua presença em regiões do Império consideradas distantes, quanto por sua instrução, que os dava legitimidade e meios

para analisar e narrar o que ocorria em tais locais. As fronteiras brasileiras eram consideradas regiões inseguras por conta das nações vizinhas republicanas, assim como diversas áreas internas com populações ditas não civilizadas.

Assim como José de Carvalho, o polonês André Przewodowski também tem uma formação como engenheiro e estava a serviço da província da Bahia ao realizar sua viagem e escrever seu relato. Enquanto realizava outros serviços no interior da província, buscava pensar qual o melhor trajeto para a instalação de ferrovias ligando a cidade da Bahia à Vila de Joazeiro. Pela escrita de Przewodowski se torna perceptível sua instrução quanto ao assunto, calculando despesas com a construção, os melhores locais em termos de aproveitamentos econômicos na rota e as possibilidades e impossibilidades geológicas e geográficas (Przewodowski, 1848, p. 374-386).

Não apenas sertanistas, militares e pessoas formadas em profissões de caráter mais técnico, como a engenharia, contribuíram para a RIHGB escrevendo sobre sertões e locais distantes. Também podemos encontrar escritores/viajantes de formações de caráter mais bacharelesca,¹² como Rufino Theotônio Segurado, que teve formação em Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, tornando-se primeiramente advogado. Ao tempo de sua viagem, já havia sido deputado da Assembleia Legislativa Provincial de Goiás, e era Juiz de Direito da Comarca de Palma e de Conceição do Norte. Segurado realizou a expedição cuja narrativa analisamos neste trabalho por solicitação do próprio presidente da província de Goiás, de modo a, com seu entendimento, analisar a região entre o Goiás e o Grão-Pará através do rio Araguaia. Assim, seu relato terá um caráter bacharelesco, com análises de quais instituições poderiam ser levadas a tal região para civilizá-la (Segurado, 1848, p. 153-212)

Como Segurado, Benedicto Marques da Silva Acauã era Bacharel em Direito pela Antiga Faculdade de Direito de Olinda. Porém, diferente daquele, foi membro do Instituto e deputado da Província da Paraíba. Na época da escrita de seu texto, dirigido ao Governo Imperial, exercia o cargo de Inspetor Geral dos Terrenos Diamantinos da província da Bahia. Sua escrita apresenta algumas características

¹² O Império brasileiro contava com uma grande profusão de bacharéis em Direito, uma vez que tal título facilitava a ocupação de cargos na administração pública e na política. Não apenas advogados, mas também juizes, deputados, ministros e outros funcionários da burocracia estatal e da política eram posições almejadas, sendo também o IHGB composto por muitos bacharéis (Carvalho, 2008).

similares à de Segurado, com atenção às organizações da região analisada e sugestões de melhores maneiras para lidar com essas (Acauã, 1847, p. 227-260).

João Pedro Dias Vieira, embora não realize propriamente uma viagem por região remota como outros dos autores analisados nesta dissertação, traz uma valiosa análise acerca da Província do Amazonas, da qual era presidente à época. Também formado em Direito, em Olinda e São Paulo, foi primeiramente professor e passou então a galgar posições na administração imperial como promotor, ministro, deputado, presidente provincial e, após o período aqui estudado, chegou a ser senador do Império do Brasil (Galvão, 1894). Sua atenção a diversos aspectos da província demonstra preocupações com aspectos civilizatórios que dialogam com os encontrados em outros textos analisados.

Além dos bacharéis, também encontramos o trabalho de religiosos, como o reverendo vigário Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva, que embora não escreva de uma região considerada menos civilizada, como outros textos aqui analisados, traz importante trabalho tratando do estabelecimento de colônia alemã na província de Santa Catarina. Em sua obra, Paiva analisa a colônia e faz pedidos ao governo imperial, enaltecendo o trabalho dos vigários, grupo ao qual pertence (Paiva, 1848, p. 504-523). Outro religioso a escrever diretamente para a RIHGB foi Benigno José de Carvalho Cunha, cônego e membro correspondente do Instituto, que busca encontrar uma lendária cidade abandonada na região da Bahia (Cunha, 1842, p. 399-402).

Entre sertanistas, exploradores, pessoas sem formação formal, militares, engenheiros, bacharéis e religiosos, alguns advindos de famílias já ligadas ao poder, uma maioria de brasileiros e alguns estrangeiros, as origens dos exploradores/autores aqui analisados são diversas. Porém, suas relações com o poder imperial, muitas vezes relacionadas à sua profissão, se fazem presentes em todos os casos, em maior ou menor grau. Entender um pouco das origens e ocupações, assim como de qual o destino primário de sua escrita nos auxilia na análise destas e no entendimento de suas ações, moldadas pelo contexto intelectual, cultural e social em que estes se encontravam, pelas possíveis recompensas que encontrariam com tal viagem e com a sua narrativa dentro dos padrões esperados.

Além de buscar informações para alguma autoridade, os viajantes/escritores muitas vezes também são representantes destas em suas viagens. Sua principal

função nas excursões realizadas é entender os locais dentro dos sistemas de compreensão esperados, e é como qualificados para este entendimento que eles se constroem em suas narrativas. O ato de descrever o que é visto está diretamente vinculado às suas autoridades como narradores, delimitando o que é importante, o que é visto, o que é conhecido, o que é existente. Assim, aquilo que é visto e narrado no texto passa à existência para o Instituto e através do narrador. Tais etapas da escrita de viagem são analisadas pelo historiador francês François Hartog:

[...] descrição é ver e fazer ver, mas, desde o momento em que se articulam espaço e saber, em que ela é espacialização de um saber, em resumo, um quadro — a descrição vem a ser também saber e fazer saber (esse fazer constituindo precisamente a *mise-en-scène* do taxionômico).

[...]

Essas descrições fazem ver e fazem ver um saber: têm o olho como ponto focal, já que é ele que as organiza (o visível), delimita sua proliferação e as controla (campo visual), bem como as autentifica (testemunha). É, pois, ele que faz crer que se vê e que se sabe, é ele que é produtor de *peithó*, de persuasão: eu vi, é verdadeiro (Hartog, 1999, p. 263-264).

Os autores podem remeter e escrever sobre relatos de terceiros, como faz Maximiliano Rodrigues de Oliveira, empenhado na busca das ruínas de uma misteriosa cidade baiana (Oliveira, 1848, p. 363-373). Porém, a preferência é sempre por visualizar pessoalmente o que se narra e descreve, de forma a atestar sua veracidade. Encontramos, portanto, textos que incluem o narrador, embora tenham caráter burocrático e analítico, com poucas menções aos sentimentos dos viajantes. Eles estão incluídos principalmente como observadores.

Além da relação entre ver e saber, podemos notar nos autores/viajantes elementos do binômio observar/possuir, conforme análise conduzida por Mary Louise Pratt acerca das estratégias de representação através das quais os agentes burgueses europeus buscam garantir sua inocência enquanto asseguram a hegemonia europeia. O principal protagonista deste processo, que ela conceitua como *anticonquista*, é a imagem do “observador” (*seeing-man*), um rótulo deliberadamente hostil para o súdito masculino europeu com um horizonte discursivo europeu — “aquele cujos olhos imperiais passivamente vêem e possuem” (Pratt, 1999, p. 32-33). A importância dada ao ato de olhar pela crítica literária é evidente, constando o órgão visual no título de sua obra, *Os olhos do Império*.

Os autores aqui analisados não são europeus em sua maioria, nem buscam assegurar a hegemonia europeia propriamente. Porém, conforme afirmamos

anteriormente, o Instituto está vinculado à criação da nação brasileira como um processo civilizatório imperial, assim, extremamente similar àquela anticonquista analisada por Pratt. As elites que compõem o Instituto buscam assim construir um país inserido no quadro dos países civilizados.

No movimento de criar o Brasil, cria-se também o "outro" em relação a esse Brasil. Em um processo peculiar ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se fundamenta em uma oposição à Portugal, a antiga metrópole, mas, o oposto, a nova nação brasileira se percebe como continuadora do processo civilizatório iniciado pela colonização portuguesa. O conceito de nação usado é restrito aos brancos, portanto sem a abrangência que o conceito apresentava no contexto europeu (Guimarães, 1988, p. 6-7). Assim, as populações não brancas, assim como suas culturas, deverão ser sujeitas a tal processo.

Esta noção do que será ou não incluído no conceito de nação opera na escrita e análise dos viajantes. Eles são agentes deste processo civilizatório e escrevem tendo em mente tal definição de nação, que ajudam também a elaborar. Os autores analisados consideram os interesses imperiais, algumas vezes personificados nos presidentes das províncias que os encarregaram de suas excursões. No caso daqueles que escrevem diretamente ao IHGB, voltando a pensar no título da obra de Pratt, os olhos do império têm ainda mais proximidade aos olhos do próprio imperador, considerando a efetiva e atenta participação de Dom Pedro II no próprio IHGB. Tal vinculação direta certamente também aumenta a autoridade dos viajantes. Assim, podemos encontrar saudações e recomendações endereçadas à "Majestade" (Lopes, 1850, p. 327), e também expressão de sentimentos de glória por estar realizando tal empreitada (Segurado, 1848, p. 212).

Deste modo, os olhos dos viajantes procuram inventariar e inventar o território nacional para o Império e são também uma continuidade dos olhos imperiais em todos os territórios para os quais viajam, levando seus interesses e visualizando através destes. Em importante discurso constante no primeiro número da Revista, o cônego Januário da Cunha Barbosa, figura central nos primeiros anos do Instituto, pois seu fundador e secretário perpétuo, lista alguns aspectos desse interesse. Exorta e confere autoridade aos correspondentes para a busca de cópias de documentos históricos, informações sobre os diversos povos indígenas, situação econômica e aspectos naturais, assim como

Noticia circunstanciada da extensão da província, de sua confrontação com outras, de sua divisão em comarcas, da direcção dos seus rios, e montanhas, da qualidade dos seus terrenos e de seus arvoredos, da sua mineração, agricultura, e pescarias, de tudo enfim que possa servir a historiageographica do paiz, e com a possível exactidão e clareza (Barbosa, 1839, p. 110).

Atento a tais demandas, o sertanista Joaquim Francisco Lopes, a mando de seu patrão, o sócio do Instituto Barão de Antonina, busca encontrar o melhor trajeto através do rio Paraguai entre as províncias de São Paulo e de Mato Grosso. No texto em que relata sua jornada, publicado na edição de 1860 da Revista, aponta locais mais apropriados para povoamento, indicando a possibilidade de formação de colônias ou de um presídio conforme características do clima e possíveis aproveitamentos de recursos naturais (Lopes, 1850, p. 327-328).

Analizando também as interações entre os diferentes povos nativos da região, recomenda a proteção de alguns em detrimento de outros. Aqui notamos que, embora realizando tais ponderações sem muita ênfase, o que pode ser explicado pela sua posição de mero empregado do já referido barão, o autor se apresenta não apenas como competente intérprete das situações que encontra, mas também como pessoa em melhor posição para indicar como o Império deve lidar com tais situações:

Seria muito louvavel, que por intermedio de V. Ex., soubesse o governo de S. Magestade Imperial nos malversações e hostilidades que por vezes têm praticado os índios domesticados de Mirando, indo á caça do Cayoaz [...] com o unico fim de fazer prisioneiros os pequenos e algumas mulheres, em cujas occasiões o estrago e a morte se derrama nos bosques que servem de miseravel abrigo a estes infelizes, dignos de melhor sorte e da protecção do verno, a quem não podem chegar suas débeis vozes (Lopes, 1850,p. 327).

Outros autores, dotados de maior estatuto na sociedade imperial, e de maior conhecimento técnico, vão além dos apontamentos sobre locais de povoação, aproveitamento dos recursos naturais e questões de relacionamento entre os povos indígenas. O engenheiro André Przewodowski relaciona a sua busca por uma comunicação entre a cidade da Bahia e a Villa de Joazeiro à criação da própria nação, fazendo um paralelo entre as conexões comerciais no território nacional e os vasos sanguíneos do homem. O autor assim extrapola o trabalho de inventariar/inventar o território nacional no seu presente ou passado, e demonstra o que considera importante para a criação de uma nação grandiosa: um forte comércio

através do território. Daí também aponta a necessidade de população e de trens, comparando o Brasil a países ricos, Inglaterra, França e Estados Unidos:

A utilidade publica é o mais importante fim de todas as obras, e entre estas obras devem occupar o primeiro lugar as que se destinam a facilitar a communicação dos differentes pontos de um paiz. É bem ajustada a comparação que se faz dos canaes e estradas de um paiz, por onde circulam suas riquezas naturaes ou de industria, com as veias de um homem, por onde circula o sangue; pois que estas duas circulações annunciam a vida e a força de um homem, ou de uma nação. (Przewodowski, 1848, p. 375).

Sendo o próprio engenheiro quem realiza a busca para abrir uma das “veias” da nação, fica evidente sua autoconstrução como autoridade, diante de uma importante missão. Ademais, tratando-se de um engenheiro, há também o fornecimento de indicações da maneira mais eficiente de conectar as cidades, a construção de linhas de trem, assim como do melhor modo de construir tais linhas (Przewodoski, 1848, p. 379).¹³

Construção de estradas (Lopes, 1848, p. 153), de ferrovias (Przewodoski, 1848, p. 379) ou de comunicações fluviais (Bandeira, 1851, p. 430) são sugeridas, assim como são indicadas as melhores rotas (Almeida, 1846, p. 425; Gurjão, 1855, p. 192) para conexão entre diferentes pontos do país. A busca por informações que permitam a integração do Império é uma das principais metas das viagens narradas na RIHGB, na lógica eurocêntrica de levar civilização e progresso a todo território.

Assim, futuros projetos transformadores das terras encontradas são numerosas vezes especulados e sugeridos pelos correspondentes, enquanto as várias formas de vida já existentes naquele território são narradas apenas quando podem servir ao projeto civilizatório do Império, úteis desde que modificadas, sem qualquer atenção as diversas e múltiplas relações entre tais formas de vida e seus ambientes circundantes, conforme veremos como maior profundidade nos próximos capítulos. Ainda na lógica do conceito de anticonquista, Pratt aponta o trabalho dos “batedores avançados do aperfeiçoamento capitalista”, papel cumprido pelos viajantes, que buscam inserir estas zonas do país no mundo capitalista, vinculado diretamente à tarefa civilizatória:

¹³ No decorrer do século XIX, principalmente nos seus últimos anos, a engenharia vai ganhar progressivamente maior importância, sendo diretamente associada ao ideal de “progresso”. Os engenheiros atuam desde o século XVIII na esfera militar, demarcando fronteiras, cartografando, construindo fortificações e participando de levantamentos ligados à História Nacional (Figueirôa, 2010). O período analisado nesta dissertação se encontra exatamente na transição entre tais funções e a progressiva atuação em obras públicas.

É tarefa dos batedores avançados do “aperfeiçoamento” capitalista caracterizar aquilo que encontram como “não aperfeiçoado” e, mantendo a terminologia da anticonquista, como disponível, aberto a aperfeiçoamentos. As aspirações européias devem ser apresentadas como incontestadas. Neste ponto, a separação textual de paisagens e pessoas, de relatos sobre habitantes e relatos sobre seus habitats, atende a sua lógica. O olhar aperfeiçoador europeu apresenta habitats de subsistência como paisagens “vazias”, significativas apenas em termos de um futuro capitalista e de seu potencial para a produção de excedentes comercializáveis. Do ponto de vista de seus habitantes, obviamente, estes mesmos espaços são vivenciados de maneira intensamente humanizada, saturada de história local e significado, onde plantas, criaturas e formações geográficas têm nomes, usos, funções simbólicas, histórias, papéis nas estruturas de conhecimento indígena (Pratt, 1999, p. 115).

Na lógica do processo civilizatório, aquelas terras, antes da chegada dos viajantes/escritores, existiam apenas como possibilidades. Com sua chegada, são apagados os laços existentes e vistos apenas os potenciais futuros ali existentes. Assim, sua tarefa narrativa tem um caráter extremamente utilitarista e as intenções dos textos não são reflexões filosóficas acerca do narrado. Isso fica evidente no relato do cônego Benigno, que, após realizar uma pequena digressão de caráter mais filosófico, desculpa-se, demonstrando constranger sua narrativa para corresponder à expectativa esperada pelo IHGB:

Perdoem-se-me estas reflexões, que transcendem um pouco o fim principal d'esta memória e o alvo dos trabalhos do nosso Instituto; elas são filhas do desejo que tenho da prosperidade do Brazil; e me penalisa ver tão pobre uma nação senhora do mais rico paiz em todo o gênero de mineração, e o mais grandioso em vegetação. (Cunha, 1849, p. 529).

Tampouco encontramos um caráter devidamente científico nos textos, uma vez que, em geral, os viajantes não tinham tal formação¹⁴, como admite Rufino Theotonio Segurado:

Escrevendo o presente roteiro, não é minha tenção fazer uma descripção completa do rio Araguaia, porque faltam-me as necessarias habilitações para descrever cientificamente tudo quanto este magestoso e importantissimo rio oferece aos olhos do observador; porém sim fazer um pequeno serviço aos que por elle houverem de navegar. (Segurado, 1848, p. 178).

Entretanto, é importante salientar que a preocupação em atualizar cientificamente o Império brasileiro em relação aos outros países considerados

¹⁴ Entre estes primeiros anos da Revista do IHGB encontramos os relatos do naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund acerca de suas investigações em Lagoa Santa, em Minas Gerais (Lund, 1842; Lund, 1844). Entretanto, se tratam de cartas específicas atualizando o IHGB acerca de seus estudos, embora sejam do mesmo período, tem um caráter muito diferente daquele dos textos analisado nesta dissertação, não sendo a análise propriamente de um território seu objeto, razão pela qual não são diretamente abordados neste trabalho.

civilizados se torna gradualmente maior, com preparações para expedições de devidamente científico, salientando a necessidade da compra de instrumentos de medição tais como aparelhos geodésicos, magnéticos, microscópios, entre outros (Capanema, 1857, p. 63).¹⁵ Há aqui atenção ao “triste espectáculo de isolamento científico e ignorância do que se tem escripto sobre o próprio paiz” (Capanema, 1857, p. 66). Contudo, nos primeiros anos do IHGB, aqueles aqui analisados, as expedições não têm este carácter científico, se tratando de outros gêneros de relatos.

Mesmo não sendo nem científico, nem filosófico, existem diferenças entre os gêneros de relatos escritos acerca das viagens realizadas. A maioria dos textos analisados faz um relato diário da viagem, apresentando normalmente os acontecimentos de cada dia de viagem, devidamente registrados e categorizados, com atenção para coordenadas geográficas (Prado, 1844, p. 316; Elliot, 1847, p. 17-41; Elliot, 1848, p. 153-177), larguras de rios e distâncias (Almeida, 1846, p. 425-451; Rohan, 1847, p. 376-397; Segurado, 1848, p. 178-212; Lopes, 1850, p. 315-335), correção de mapas (Gurjão, 1855, p. 192; Cunha, 1844, p. 318).

Outros relatos estarão em formato de cartas endereçadas ao Instituto ou a algum de seus membros, como a carta enviada ao secretário perpétuo, Januário Barbosa, pelo Cônego Benigno Cunha (Cunha, 1842, p. 399-402). Estas cartas apresentam uma visão mais geral dos resultados da viagem, sem um compromisso em narrar o dia-a-dia da excursão¹⁶.

Alguns textos são escritos para dar notícia, e consistem em relatórios de algum local específico, trazendo também outros elementos de análise, para além da narração da viagem *in loco* e das descrições oriundas dela. São normalmente feitos por profissionais que moram ou moraram nos locais, não apenas viajantes que por lá passaram, e buscam relatos de terceiros, analisam aspectos históricos para embasamento, entre outras questões necessárias para uma maior investigação. Sobre a província da Bahia, Benedicto Marques da Silva Acauã, inspetor-geral dos terrenos Diamantinos, escreve acerca das condições de mineração (Acauã, 1847, p. 227-260), enquanto o major Manoel Rodrigues de Oliveira trata da possibilidade de

¹⁵ Tais compras são solicitadas no contexto de preparação da Comissão Científica de Exploração, ocorrida entre 1859 e 1861. Esta Comissão atuará de forma devidamente científica, com lógica, preparação e membros diferentes daqueles que realizaram as viagens dos primeiros anos do IHGB, analisadas nesta dissertação. É também pelo entendimento de que a partir deste momento haverá uma nova lógica nas viagens relatadas na RIHGB que temos o final do recorte temporal analisado neste trabalho.

¹⁶ Importante apontar que o termo *excursão* nesta dissertação traz o sentido de viagem de exploração, diferentemente de um sentido atual que apontaria para uma viagem de lazer ou turística.

existência de uma antiga povoação abandonada no interior da província (Oliveira, 1884, p. 363-386), Benigno Carvalho e Cunha traz notícias de terceiros sobre minas recém-descobertas (Cunha, 1849, p. 524-529) e João Pedro Dias Vieira relata aspectos gerais da província do Amazonas.

Alguns textos partem da memória histórica de certa região para chegar a aspectos vistos atualmente no local, como a análise da colonização alemã na província de Santa Catarina, feita pelo Reverendo vigário Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva (Paiva, 1848, p. 504-523), o Extracto dos trabalhos sobre a província das Alagoas, apresentado ao Presidente desta província, pelo 1º tenente do imperial corpo de engenheiros, José Carlos de Carvalho (Carvalho, 1850, p. 336-348), e a notícia da descoberta do Campo de Palmas na província de São Paulo, escrito por Joaquim José Pinto Bandeira (Bandeira, 1851, p. 425-438). Tais trabalhos exigem pesquisa e erudição de seus autores, que pensam a história local em comparação com outras histórias de outros países ou regiões em seus aspectos econômicos, sociais e políticos.

Em todos os casos, não há uma preocupação com a elaboração de um texto esteticamente belo, pois se prioriza a utilidade daquela escrita para quem o lerá antes do prazer com esta leitura. Alguns, inclusive, afirmam tais elementos no próprio texto:

Eis o fruto de algumas horas que me restaram do cumprimento de minhas obrigações, e si n'elle não se encontram essas bellas flores de rhetorica que soem *eleva*r a *imaginação* do leitor, e as quaes o árido estudo das mathematicas não me tem deixado cultivar com esmero, encontra-se todavia a narração exacta do que observei ou relataram-me pessoas fidedignas. Poderia porém ser em melhor portuguez. (Gurjão, 1855, p. 169).

Há uma percepção de que os trabalhos do IHGB devem ser de caráter técnico, buscando a verdade e não a beleza, e sendo assim entendidos como opostos à literatura romântica da época, que seria mais livre para sentimentalismos e esteticismos, muito embora análises atuais demonstrem que, apesar de tais intenções, há diversas características românticas em tal escrita (Naxara, 2004, p. 241), assunto do qual trataremos nos próximos capítulos.

A utilidade dos textos era relacionada, conforme já mencionado, à construção da nação brasileira, tanto no campo simbólico, pensando-se na unidade territorial do país, quanto em aspectos materiais, sugeridos para um futuro próximo. Essa busca

por integração também leva a ações de cunho religioso, comercial, militar e judiciário que ocorrem na própria excursão, para além da escrita e descrição dos locais.

A religião cristã é considerada de enorme importância para o processo civilizatório, e os autores, especialmente os religiosos, trazem em seus escritos a necessidade de intensificar a fé no território nacional, conforme aponta o vigário Joaquim Gomes de Oliveira e Paiva:

Praza aos Céos que o governo brasileiro, considerando a religião como um poderoso elemento de engrandecimento e civilização para os povos, não deixe de providenciar sobre a grande falta de ministros do culto que experimentam não só as colônias, como grande parte das freguezias (Paiva, 1848, p. 523).

Em algumas das excursões narradas na Revista do Instituto, podemos constatar a presença de missionários, que além de atuarem em regiões já cristianizadas, buscam levar a fé cristã aos locais de domínio apenas virtual do Império brasileiro (D’Almeida, 1846, p. 425; Elliot, 1845, p. 18). Isso explicita a importância dada à conversão das populações indígenas encontradas, de forma a civilizá-las. Notamos haver o “solemne levantamento de uma cruz” (Elliot, 1845, p. 18) em alguns territórios, simbolizando essa conquista das regiões ao cristianismo e consequentemente ao processo civilizatório do Império brasileiro. Relacionam-se diretamente a tal processo, portanto, a cristianização que levaria à adoção de hábitos sedentários pelas populações, à sua fixação trabalhando na agricultura, e tornando as regiões economicamente viáveis. A integração religiosa, católica, levaria assim à integração de populações e territórios do país também através da economia. Alguns trechos, como o relato de viagem de Antonio Gurjão, tornam evidentes estas relações narradas pelos autores:

[...] sendo os habitantes d’este rio quazi todos indigenas, será mister, que os mesmos vigarios lhes menestrel a conveniencia que ha em terem suas terras plantadas, fazendo-lhes ver as vantagens que dahi lhes vem, promovendo por essa fórma o amor ao trabalho, e a ambição de que tanto carecem, resultado daqui que, adoptados de vez estes principios, já não abandonarão os lugares, em que residem, com a mesma facilidade que hoje fazem por nada terem (Gurjão, 1855, p. 186-187).

Para conquistar a confiança dos grupos indígenas encontrados também são entregues diversos presentes e mantimentos. Há intenção de torná-los pacíficos, que vejam com bons olhos as vilas e o mundo colonialista, que abandonem seus hábitos e se integrem a este, ou que ao menos não o ataquem.

Uma grande corrente de pensamento acredita que o uso da crueldade com os indígenas complica a sua integração nacional e que, portanto, deve ser evitado pelos viajantes, que normalmente também recomendam tal atitude durante sua viagem. A violência contra as populações indígenas as coloca contra os interesses civilizatórios, atacando vilas, ao invés de se integrarem nestas. Sobre uma vila destruída pelos indígenas, Rufino Segurado afirma que

se não fôra a grande imprudencia e crueldade de um militar, poderá talvez estar existindo n'aquela lugar uma linda povoação, podendo ter-lhe dado incremento aquiles mesmo indios que se tinham visto na dura necessidade de destrui-la ainda em seus principio: olhe-se pois para tão terrivel exemplo, e ver-se-ha que se deve proceder de uma maneira differentes, se não se quizer ver reproduzidas scensa semelhantes (Segurado, 1848, p. 200).

Tal atuação pacífica, entretanto, nem sempre ocorre. Assim, podemos notar que o acompanhamento de soldados também é recorrente nestas jornadas (Elliot, 1845, p. 18; Carvalho, 1850, p. 346). O controle destas vastas áreas desconhecidas dentro do recente país é essencial para o Império, e são sugeridas instalações de presídios (Lopes, 1850, p. 327) ou de colônias militares (Gurjão, 1850, p. 196) nas regiões exploradas. No terceiro capítulo trataremos com maiores detalhes das relações conflituosas ou pacíficas entre os viajantes e os povos indígenas encontrados nas viagens, suas impressões sobre os imigrantes europeus e populações locais, assim como os temores por conta de quilombolas e rebeldes que habitam estas regiões.

Além dos soldados que buscam fazer cumprir a lei nestes locais, também são realizados julgamentos feitos por autoridades devidamente constituídas, juízes de Direito que participam - e relatam - as viagens analisadas, conforme já citado. Sua presença também é uma forma de levar a ordem imperial a tais regiões, integrando-as ao Império, se afirmando que mesmo quando o território é “descoberto ha tão pouco tempo, [...] já merece [...] ter jurisdição” (Bandeira, 1851, p. 437). Além do esforço de caráter diretamente civilizatório em relação a populações consideradas não-civilizadas, ou menos civilizadas, questões que trataremos em maior detalhe no terceiro capítulo, também se faz necessária a presença de autoridades nas regiões visitadas para arbitrar disputas pela posse territorial entre pessoas percebidas como civilizadas, sejam elas pobres lavradores ou mesmo grandes latifundiários.¹⁷

¹⁷ Tais disputas ocorrem principalmente em um contexto anterior à Lei de Terras, de 1850, que regulamentou a propriedade fundiária através da venda em hasta pública, diminuindo a “corrida” pela apropriação das terras.

Entendendo o papel do IHGB na formação do imaginário nacional brasileiro, particularmente em relação ao seu território, dentro de uma lógica civilizatória, analisamos como suas relações diretas ou indiretas com os autores levavam a escrita de textos dentro desta mesma lógica. Examinamos brevemente quem são os viajantes cujos textos encontramos no IHGB, tanto em aspectos gerais quanto em suas características individuais, assim como sua construção como autoridades, tanto em sua escrita, quanto nas próprias viagens empreendidas. Podemos agora nos deter com maior atenção às suas análises. Será, portanto, o mapeamento e a invenção que fazem do território brasileiro, tanto em seus aspectos naturais quanto humanos, o objeto de análise nos próximos capítulos.

2. O MUNDO NATURAL

Este capítulo analisa como os autores viajantes descrevem o mundo natural e como o inventam neste processo, realizando aproximações e distanciamentos em relação ao processo civilizatório. Acompanhamos o princípio firmado por Tim Ingold de que os saberes produzidos dentro de uma cultura resultam da experiência concreta no ambiente vivenciado (Ingold, 2011)¹⁸. Conforme apontado por Luciana Murari, os atos de comunicação guiam a atenção dos sujeitos para certos elementos de seu ambiente, sendo, portanto parte fundante da sua experiência concreta de apreensão e análise do meio em que estão inseridos. A linguagem se coloca como forma de agir no mundo, de apreendê-lo e de produzir conhecimento sobre ele (Murari, no prelo).

Assim, este capítulo demonstra que o mundo natural é construído nos relatos analisados ora como recurso, ora como obstáculo, auxiliando ou atrapalhando a civilização do território brasileiro. Demonstra que estes aspectos se devem a uma tradição de escrita e entendimento do mundo natural, mas também à busca dos autores pelo enquadramento dos seus textos conforme os seus próprios objetivos e aqueles das autoridades para quem escrevem. Os textos de viagem da Revista do IHGB devem auxiliar no processo civilizatório, narrando e criando a natureza brasileira a partir de um ponto de vista utilitário, relacionado à integração das várias regiões do país simbólica e comercialmente.

Entre os primeiros elementos considerados necessários para compor uma identidade nacional se encontra a natureza (Thiesse, 2001). No caso brasileiro, essa ideia se faz bastante intensa, sendo o imaginário de uma natureza majoritariamente tropical de grande beleza e pujança elemento central na formação da identidade do recente país. A historiadora Márcia Regina Capelari Naxara, analisando as narrativas do século XIX acerca do Brasil, ressalta que essa natureza seduz e desconcerta. Sendo simultaneamente bela, variada e grandiosa, além de

¹⁸ Embora Ingold apresente tal princípio para refletir sobre os povos indígenas, acompanhamos Murari utilizando-o para pensar também os povos neoeuropeus e suas relações com os ambientes (Murari, no prelo).

majoritariamente desconhecida, ela desperta assombro e curiosidade a respeito do Brasil (Naxara, 2004). Entretanto, o mundo natural raramente é descrito através de categorias tais como belo ou grandioso nos textos examinados nesta dissertação.¹⁹

Uma das exceções, que nos ajuda a compreender a razão desta falta, é o relato do major Manoel Rodrigues de Oliveira. Descrevendo sua viagem em busca da já citada lendária cidade baiana, o major retrata uma cachoeira como “admirável acima d’estes rios, collocada em eminente altura com a frente para o nascente, da qual se precipita com estrondo volumosa porção de chrystallinas águas” (Oliveira, 1848, p. 365). Contudo, o militar continua o mesmo trecho afirmando tais águas serem “próprias para qualquer fabrica pelas vantagens excellentes que lhe prodigalisou a natureza em torrão fecundo” (Oliveira, 1848, p. 365). Nesta breve passagem do texto de Oliveira notamos que, mesmo citando características de cunho mais romântico, que enfatizam a magnitude e a beleza da natureza, logo segue com aqueles atributos que mostraremos serem os mais recorrentes nos relatos dos viajantes que compõem a Revista do IHGB: seu aproveitamento para o projeto civilizatório²⁰. No caso, se pensa no uso da força da água da cachoeira como energia, e é esta a fecundidade do mundo natural considerada importante.

Acerca do pensamento ambiental brasileiro no século XIX, o historiador José Augusto Pádua afirma que, mesmo entre os poucos autores brasileiros da época que se importavam com o mundo natural, ele era considerado importante por seu valor como um recurso a ser utilizado para o processo civilizatório da nação, e não por “seu valor intrínseco, seja em sentido estético, ético ou espiritual” (Pádua, 2004, p. 13). Assim, o historiador aponta que o “denominador comum [entre tais autores] foi essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista. Em suma, profundamente enraizado no ideário iluminista herdado do século XVIII” (Pádua, 2004, p. 13).

¹⁹ Será a literatura romântica brasileira que cumprirá este papel, conforme veremos no decorrer do capítulo.

²⁰ A retórica colonial já demonstra uma percepção da natureza a partir de seu aproveitamento em função daquilo que pode ser extraído dela. Neste sentido, o mundo natural aparece também como inimigo a ser vencido e espoliado, como obstáculo a ser superado de forma a poder ser aproveitado pelos colonizadores. Ainda, existe também uma *percepção desejante* com relação a esta natureza, que a transforma em paisagem a ser admirada e registrada como tal (Sevcenko, 1996). Embora com características diferentes, que tratam da vinculação desta natureza com a ideia de nação brasileira e com seu projeto teleológico, tais percepções terão ramificações no período estudado nesta dissertação, tanto na literatura que se entende racional e descritiva, quanto no romantismo literário e em sua busca por questões subjetivas, conforme demonstraremos neste capítulo.

O major Hilário Gurjão, um dos poucos autores analisados nesta dissertação a posicionar-se contra a destruição da natureza brasileira, em seu relato ao chefe da província cita rapidamente aspectos belos do mundo natural que poderia narrar. Porém rapidamente interrompe tal explanação, buscando se ater àquilo que sabe ser seu dever: analisar atributos que possam auxiliar o governo da província a melhor explorar a região. Notamos que a escolha daquilo que é escrito ou não nos textos passa principalmente pela compreensão do que se espera desta escrita. Aspectos de caráter mais diretamente romântico são ignorados, enquanto as questões utilitárias são priorizadas:

Poderia também ennumerar a infinidade de aves e insectos de variadas cores, que encantam a vista do viajante, porém não é este o meu fim, e deixo a descrição dos vegetaes ao botânico, a dos terrenos ao geólogo, e a das aves e insectos ao curioso naturalista (Gurjão, 1855, p. 184-185).

Ainda, o major encerra afirmando mais uma vez o caráter utilitário do texto e sua busca por exatidão, por objetividade, o contrastando diretamente com o romantismo de outros tipos de prosa:

Eis o fruto de algumas horas que me restaram do cumprimento de minhas obrigações, e si n'elle não se encontram essas bellas flores de rethorica que soem *eleva* a *imaginação* do leitor, e as quaes o árido estudo das mathematicas não me tem deixado cultivar com esmero, encontra-se todavia a narração exacta do que observei ou relataram-me pessoas fidedignas (Gurjão, 1855, p. 196).

Embora Gurjão coloque ênfase na sua formação em matemática para desculpar a falta de beleza retórica em sua narrativa, fica evidente que essa não é a prioridade de nenhum dos autores analisados. Os viajantes cujas narrativas encontramos na Revista do IHGB prezam pela escrita de um texto produtivo para as autoridades destinatárias dos relatos.

Conforme mencionamos anteriormente, a historiadora Márcia Naxara aponta que existiam dois tipos de escritas sobre o mundo natural no Brasil Imperial. Um deles, de caráter mais claramente romântico, escrita por literatos como José de Alencar e Gonçalves Dias, se envolve direta e conscientemente com as emoções e os sentimentos, com a subjetividade, ao tratar da natureza nacional. O outro modelo de escrita, aquele que encontramos nos relatos de viagens da RIHG, tem características mais técnicas, buscando encontrar um conhecimento racional, portanto, no entendimento deles, mais verdadeiro, sobre o mundo natural.

Acreditavam assim não haver espaço para sentimentalismos ou floreios artísticos nesta escrita (Naxara, 2004, p. 241-242).

A análise, porém, não se conclui aí, pois Naxara então demonstra que essa separação tão rígida nunca foi plenamente verdadeira. Em geral, o caráter romântico apresentado nos relatos de cunho técnico não se apresenta em elogios sentimentais à beleza natural, mas ele se faz presente de outras formas, entre elas, na narração das dificuldades de viagem encontradas pelos autores e no seu esforço quase heroico para vencê-las, demonstração do aumento de subjetividade nestes relatos de viagem (Naxara, 2004, p. 297).

Em suas jornadas buscando a mesma misteriosa cidade perdida, Benigno José de Carvalho e Cunha aponta as dificuldades que o mundo natural lhe apresenta, narrando

o afugentar as serpentes, que aqui superabundam, o matar o carrapato, flagello importuno dos viajantes n'estes sertões; [...] uma febre, a que aqui chamam maligna, que me pozá morte; [...] O fastio mortal de cinco mezes, e as privações porque passei, não podendo haver carne fresca, e nem sol em razão das chuvas [...] me pozeram n'um estado de debilidade para mim novo, e me reduzi a esqueleto. Todas as pessoas que me acompanharam [...] tudo cahiu ao mesmo tempo doente: chegamos a não ter um são, que nos cozinhasse o caldo, sem haver outro medico senão eu mesmo, nem outra botica que a que por prevenção tinha conduzido comigo (Cunha, 1842, p. 399-400).

Animais perigosos, falta de comida e doenças são narrados em diversas viagens. Embora o objetivo dos relatos não seja a criação de uma prosa aventureira, que sirva para entretenimento do leitor, o apontamento de tais dificuldades aumenta a glória da realização da viagem e enfatiza a determinação dos viajantes. Em um trecho do relato do major Beaurepaire-Rohan, citado no primeiro capítulo desta dissertação, ele observa que a glória da viagem quase o faria esquecer-se das mazelas do percurso. Quase esquece, mas não esquece totalmente, e as escreve ao contar a viagem, pois elas aumentam o valor da própria jornada.

Também nos casos em que o autor não logra concluir seus objetivos, como ocorrido com o cônego Benigno, tais privações servem como justificativas para o fracasso da missão: “Vendo-se sem meios de perfazer minha missão, e custando-me, todavia, voltar para a Bahia depois de tantos trabalhos, gastos e privações” (Cunha, 1842, p. 401).

Naqueles casos em que há sucesso, notamos algo similar ao apontado por Mary Pratt em sua análise sobre a escrita dos viajantes por ela denominados

“vanguarda capitalista”, que mencionamos no primeiro capítulo. Ao invés de apresentar uma escrita contemplativa e estetizante, como nos relatos de descobertas e conquistas, tais viajantes privilegiam a realização de metas práticas. Sua escrita era conscientemente antiestética, privilegiando questões percebidas como pragmáticas relacionadas ao campo econômico. Muitas vezes a própria jornada era o objetivo, conquistando-se itinerários no lugar de reinos, superando-se desafios logísticos e não militares, mesmo que enfrentando “privações, ineficiências, indolência, desconforto, maus cavalos, estradas sofríveis, clima ruim e atrasos” (Pratt, 1999, p. 257).

Certamente são essas características que notamos nos relatos dos autores viajantes da RIHGB. Cobras peçonhentas, jacarés, piranhas, mosquitos e onças são alguns dos obstáculos animais citados pelos exploradores (Rohan, 1847). Eles buscam sucesso onde outros falharam, quer seja na busca por uma cidade perdida, por uma rota melhor entre cidades, pela descoberta dos potenciais econômicos de um local inexplorado, pela descrição sistemática dos territórios. Tais esforços, portanto têm relação com este caráter utilitário, com projetos que sirvam ao processo civilizatório do Império do Brasil, como deixa claro o major Manoel Rodrigues de Oliveira aos seus leitores:

É indubitavelmente saliente (e nem os esclarecidos membros do Instituto o desconhecem) que a empresa é sumamente árdua, dispendiosa, e de muitos riscos de vida; quer seja pelo lado da gentildade bravia, feras traiçoeiras e venenosas, que abundam em nossas mattas incultas, e por conseguinte n'essa travessia; quer pelos rios, pantanos e lagôas, que se possa encontrar, difficeis de transitar; como também pelas enfermidades que provavelmente podem affectar aos emprehendedores ou emprezarios; como finalmente pelos estragos, que por eminente e inopinada queda trazem os grossos lenhos, uns precipitados pela podridão e longa vida, outros arrojados pelas tempestades, que em terra os despedaçam: porém serão vencíveis todas essas difficuldades se se empregarem os meios próprios de se arrostarem a perigos taes. Outrossim convém lembrar que se a empresa offerece vantagens de utilidade, quaes as refere o incógnito descobridor a seu amigo, torna-se assaz digna dos maiores sacrificios pelo bem do Império (Oliveira, 1848, p. 367).

Além deste romantismo manifesto no sacrifício pela nação, Naxara aponta outro elemento extremamente importante em comum entre a análise dos literatos românticos e os relatos de viagem aqui analisados. Ele está presente no “deslumbramento que o progresso e a ciência podem proporcionar”, pois esse conhecimento romântico está “ambicionando a constituição de um saber capaz de

explicar o mundo” (Naxara, 2004, p. 242) dentro de uma lógica que passa necessariamente pelas noções contrastantes de civilização e de natureza:

Duas formas de apreensão e conhecimento do mundo (a romântica e a racional/cientificista) opostas entre si que, no entanto, se interpenetraram na ambição comum de um conhecimento do mundo aprofundado e totalizantes, de forma a construir a poderosa imagem, simultaneamente única, dual e multifacetada, que representa o mundo, de forma complexa, rica e variada, no caminho entre natureza e civilização, formando conjunto indissolúvel, em que um elemento não pode existir sem o outro, fenômeno de longa duração, paradigma que exerceu influência decisiva no pensamento ocidental (Naxara, 2004, p. 295).

A noção de natureza e seu contraste, sua dualidade com o mundo social ou cultural têm um longo histórico dentro da tradição ocidental. Ao delimitar-se o que é natural ou natureza, também se delimita sua contraparte, o mundo humano, a sociedade. Embora normalmente pensemos em natureza e cultura como conceitos fixos e evidentes por si mesmos, a fronteira entre ambos é continuamente modificada, sendo inclusive inexistente em alguns casos (Descola, 2023).

É a partir da relação entre estes dois, na chamada dualidade ou oposição natureza-cultura, que poderemos realizar importantes análises deste capítulo e da dissertação como um todo. Assim, traçaremos um breve panorama do surgimento desta dualidade no pensamento ocidental, chegando finalmente às suas possíveis relações com a ideia de civilização.

Alguns apontam a criação das religiões monoteístas, que creem na existência de um Deus único que é superior e apartado da natureza, sendo o criador desta. Ainda, a partir de tais reflexões religiosas, pensa-se que, tal como Deus é único, também a sua criação, a natureza, é única, existindo dentro da Verdade de Deus. Dá-se ao mundo então uma coerência ontológica, as coisas funcionam todas dentro da mesma lógica, uma lógica divina, que os humanos devem também servir e conhecer (Latour, 2020).

Uma vez que o humano é feito à imagem e semelhança deste Deus, pensa-se que, embora seu corpo seja natural, sua alma, tal como Deus, está fora da natureza. Assim, caberia a este homem, semelhante a Deus, conhecer e dominar o mundo natural, servindo-se dele (Thomas, 2010).

Outro marco importante na elaboração da dualidade natureza-cultura é o conceito grego de *physis*, que será posteriormente traduzido em latim como *natura*, que por sua vez será *natureza* no português. Conforme Aristóteles, *physis* seriam todas as coisas que existem por si mesmas, possuindo em si o princípio de seu

próprio movimento e repouso, independentes, portanto, dos humanos. Esse conceito de natureza também fundamenta a noção ocidental de coerência ontológica no mundo, de uma realidade única, ligada por uma lógica comum, que poderia assim ser compreendida totalmente através desta lógica (Pádua, 2010)²¹.

Assim, o domínio do humano é por diversas vezes formulado em contraposição ao que é natural, ao que é notado como exterior ao humano. Desse modo, são feitos esforços para dominar e domesticar esse exterior. Com a chegada do período moderno tais concepções se alteram e intensificam ao passo que as percepções de Deus e de Sua Vontade como senhores da natureza vão gradualmente sendo substituídos pelo Homem e pela Razão, com uma mudança de um paradigma teocêntrico para um antropocêntrico (Latour, 2020).

Um processo relacionado à representação, a criação de um enquadramento da realidade que seja fiel a esta, ajuda nesta invenção e tentativa de domínio da natureza. Ele se encontra nas relações com a pintura de paisagens e a própria noção de paisagem daí decorrente. “A ideia de que era possível embrulhar as coisas, enquadrar, e, assim, fazer uma espécie de encerramento” (Ingold, 2015, p. 261), sendo uma representação fiel da realidade, portanto. Com esta relação se cria uma separação entre o observador e o observado, o sujeito e o objeto. Enquanto o objeto, a realidade, neste caso a natureza, se torna, através da representação, passível de apropriação por parte do sujeito (Derek, 2001, p. 92-93).

No campo da astronomia, a concepção deste observador externo e superior aos fenômenos naturais opera fortemente. Entende-se que é possível uma isenção total na observação desse mundo, uma observação que parte de um ponto de vista total, universal. Seria este o funcionamento da ciência, que assim poderia compreender plenamente os fenômenos, entendendo as leis da natureza e as utilizando para seu benefício (Latour, 2020).

Ainda no período moderno, no século XVIII, o já citado Lineu formula um projeto para conhecimento do mundo natural de um ponto de vista semelhante. Neste caso, a natureza do planeta é percebida como uma imensa coleção de objetos, rotulados pelo naturalista, conforme apontamos no primeiro capítulo. Essa classificação é feita através de uma estrutura que limita e filtra o visível, articulando-

²¹ Um movimento teórico dos últimos anos nas ciências sociais, principalmente na antropologia, a chamada virada ontológica, propõe uma mudança que quebra esta noção de coerência ontológica única, apontando ontologias múltiplas de mundos (Tola; Santos, 2020).

o em um sistema que se imaginava um dia poder ser inclusive matematizável, total, partindo de um ponto de vista totalmente neutro, de um observador externo (Foucault, 2007).

É importante notar que essas mudanças perceptivas e criadoras de mundo, estes discursos, operam não apenas na Europa. Seu desenvolvimento tem forte relação com a colonização do continente americano e com o capitalismo. A busca pela conquista e pelo domínio da América veio junto da busca pela transformação deste mundo em mercadoria, o que levou à modernização europeia do período, sendo a criação dessa própria ideia de modernidade uma maneira de demonstrar superioridade europeia em relação ao mundo não-europeu (Mignolo, 2017). Assim, é importante ressaltarmos que o processo de colonização visa o reordenamento da natureza estrangeira através da Razão, submetendo-a. Para realizar essa tarefa, deverá ser feito o enquadramento considerado correto, tornando-a passível de mercantilização, transformando-a em produto a ser vendido e comprado (Derek, 2001, p. 92-93).

Finalmente, devemos chamar a atenção para o conceito de *civilização*, que acrescenta um sentido mais fortemente temporal à dualidade natureza-cultura. Esse sentido opera formulando a ideia de um processo em que se transformariam gradualmente costumes e visões de mundo mais instintivos, portanto considerados mais próximos da natureza, para outros mais próximos da razão, refreando tais comportamentos. Ainda, o domínio da natureza pelos humanos iria aumentar progressivamente, conforme aumentasse sua capacidade de domesticá-lo e adaptá-lo para seu melhor proveito. O natural aparece aqui como passado, enquanto o mundo social racional é o destino. Neste processo teleológico, os povos europeus são considerados mais avançados, mais civilizados, enquanto os outros povos são percebidos como bárbaros, selvagens ou primitivos, incivilizados, atrasados no processo civilizatório e, portanto, mais próximos do mundo natural. Obviamente estes pensamentos foram elaborados pelos próprios europeus, que passaram a julgar os outros povos a partir destes conceitos (Elias, 2011; Thomas, 2010).

O uso do termo *civilização* nos escritos do IHGB mostra a vontade da elite nacional de que o Brasil alcance as nações consideradas mais avançadas neste processo civilizatório, demonstrando sua tarefa como continuadora daquela desempenhada pela Coroa portuguesa. Assim, seu sentido se aproxima daquele de origem francesa, *civilisation*. A influência das ideias Iluministas é extremamente

importante no IHGB, que tem o próprio *Institut Historique de Paris* como parâmetro (Guimarães, 1988). Apesar de haver uma consideração pelas particularidades dos locais visitados, os textos analisados nesta dissertação priorizam a busca pela domesticação e civilização, pretendendo que o Brasil alcance um alto patamar nesta escala civilizatória, considerada universal²² (Guimarães, 1988).

Certamente não é todo o mundo natural que servirá neste processo, daí os distanciamentos e rejeições àqueles aspectos considerados nefastos, obstáculos que devem ser vencidos pelos viajantes correspondentes. Entretanto, diversos outros elementos do mundo natural são percebidos de forma positiva, como elementos que podem e devem ser aproveitados no processo civilizatório. São aí aproximados do mundo civilizado, porém desde que sejam engajados nesta operação de realização de futuro. Eles existem apenas como promessas, como potenciais, e devem ser bem utilizados para cumprirem sua missão.

São os membros do IHGB que apontam essas possibilidades. Assim, traçam aproximações e distanciamentos do mundo natural em relação ao processo civilizatório: aquilo que está e permanecerá fora da civilização é rejeitado e deve permanecer fora, no passado; enquanto o que é útil, mesmo que no momento esteja fora da civilização, deve ser usado como recurso, de forma a fazer parte do futuro, parte do Império do Brasil a ser construído. Deste modo, dá-se sentido ao processo civilizatório e, afinal, se elabora o seu significado. Ao mesmo tempo, dá-se sentido ao território e à natureza brasileiros, inventando- como referências para o próprio processo civilizatório. Território, natureza e processo civilizatório se criam conjuntamente, enquanto os próprios narradores, que realizam essa criação, também se inventam como autoridades nesse movimento, sendo o centro deste processo. O IHGB e sua ideia do que deve ou não ser realizado se colocam deste modo. Como aponta Losada (2007, p. 130), sua supremacia ao objetivar o mundo é o centro do discurso, mais do que a real utilidade daquilo que é analisado.

²² O historiador Norbert Elias apontou uma diferença importante entre a noção francesa de *civilisation*, considerada ampla e universal, contrária à *barbarie*, e a noção alemã de *kultur*, relacionada à identidade nacional, local, que afirmava a ideia de *civilização* superficial, ligada apenas às aparências (Elias, 2011). A primeira noção estaria mais ligada ao Iluminismo, enquanto a segunda ao romantismo, porém é importante notarmos que, no caso brasileiro, ambas se fazem presentes. Muito embora a ideia de *civilização* não seja relacionada a algo apenas aparente, e seja o conceito base utilizado pelo IHGB, também a busca por encontrar e construir uma identidade nacional própria se faz presente. Esta identidade não está necessariamente oposta à busca por civilizar o país, não sendo as noções excludentes, mas complementares no caso brasileiro, como se tornará perceptível no decorrer do capítulo.

Nestas formulações, é essencial considerado essencial o aspecto mercantil, econômico daquilo que é analisado. Os trechos já mencionados neste capítulo apontam uma relação entre a prosperidade da província com o aproveitamento dos produtos naturais do território e o enriquecimento, o “abastecer os cofres” do Império (Gurjão, 1855, p. 184-185).

Diversos exploradores também dedicam parte de sua escrita à análise dos cultivos encontrados nos territórios (Elliot, 1847, p. 17; Rohan, 1847, p. 389-390; Lopes, 1850, p. 324). “[...] milho, morangos, amendoim” plantados por indígenas encontrados na região são importantes fontes de riqueza, e “é de esperar que sejam em breve uteis a si e á nação” (Elliot, 1847, p. 17-18). Novamente, notamos aí a relação temporal: se espera que eles sejam úteis aos que os plantam, o que certamente já são, mas que também sejam úteis à nação, ao Império. Para isso, eles devem ser aproveitados da melhor forma possível, entrando nos circuitos comerciais da civilização e se integrando assim ao processo civilizatório brasileiro.

Ao explorar o território há uma análise não apenas daquilo que já é plantado pelas populações locais indígenas e que pode ser vendido, integrando esta zona ao Império, mas também se procura perceber a possibilidade do solo e do clima para novos cultivos. Mais importa o potencial produtivo da terra dentro dos circuitos de comércio do que o local ser agradável de se estar ou para a vida dos locais. Nesse sentido, afirma o sertanista Lopes sobre território na região fronteira com o Paraguai:

os campos são monotonos, e na maior parte cobertos, as águas algum tanto salobras, e faz bastante calor, mas em compensação produz alli com vantagem a canna de assucar que plantando uma vez não precisa replantar todos os annos, porque da soqueira ella dá melhor resultado por espaço de vinte e mais annos, em consequencia do clima dá também muito algodão e café (Lopes, 1850, p. 327-328).

Diferentemente do trecho de Elliot, que trata de plantas que são em sua maioria nativas, utilizadas pelas populações originárias para alimentação, Lopes nota plantas vindas de outros continentes que são plantadas no Brasil principalmente para serem vendidas, para serem produtos. Estas certamente têm uma importância maior, sendo mais facilmente comercializáveis, portanto mais próximas dos ideais civilizatórios²³. Como podemos perceber, as plantas não são tão

²³ A predileção por plantas estrangeiras demonstra a ideia de *imperialismo ecológico*, desenvolvida pelo historiador Alfred Crosby. Ele aponta que os colonizadores trouxeram também suas plantas e seus animais (assim como seus vírus e bactérias), que transformaram o ambiente a ser colonizado,

importantes por seu valor como alimento no ambiente em que se encontram, por sua beleza estética ou pelo conhecimento científico advindo de seu estudo. Seu valor vem do valor delas no mercado.

Ainda, as próprias florestas, nomeadas normalmente como “matas”, sem maiores distinções de espécies que lá vivem, são consideradas um empecilho, além de uma ameaça. A queima destas matas era uma forma de iniciar o processo de civilização de uma região (Bandeira, 1851, p. 427, 435), garantindo a apropriação desta por algum particular. O ateamento de fogo às matas afastava o risco que elas representavam por possivelmente abrigar animais perigosos, insetos portadores de doenças ou indígenas vistos como selvagens. O verde selvagem como inimigo da civilização a ser vencido (Sevcenko, 1996).

Ainda, tal queima era utilizada para abrir espaço para cultivos, sendo uma forma de fertilizar a terra aproveitando sua biomassa transformada em cinzas (Dean, 1996)²⁴. Novamente, há desprezo pelas plantas selvagens do local e a valorização daquelas que se quer cultivar para venda.

O fogo também servia para substituir a vegetação nativa por pasto, possibilitando criação de animais. Embora até o aqui os trechos escolhidos tenham retratado os animais de forma negativa, eles não são apenas vistos como empecilhos à civilização do país. Os animais domesticados originários de outros continentes, que foram trazidos ao território brasileiro, também são percebidos como recursos importantes. Ao explorar um novo território, os viajantes também analisam sua possibilidade como pasto para criação de animais como “gado cavallar, muar, ovelhum, e melhor para o vaccum” (Bandeira, 1851, p. 431).

Há ainda os peixes nativos que podem servir tanto para alimentar os exploradores em suas jornadas, quanto como fonte de riquezas para o Império utilizar futuramente ao civilizar a região. Assim, Elliot ressalta a “abundancia de dourados, e tão grande sua voracidade, que pegavam em anzoos iscados com

permitindo a consolidação da colonização. Neste movimento, as espécies locais normalmente eram subjugadas e desvalorizadas, em favor daquelas estrangeiras, que diversas vezes geravam riquezas para os colonizadores (Crosby, 2011).

²⁴ Tal técnica de queima da floresta para fertilização do solo foi aprendida pelos colonizadores portugueses com os povos indígenas da região, que, entretanto costumavam realizá-la em pequena escala e de forma itinerante, abandonando a área e deixando a floresta regenerar-se no local após algumas poucas colheitas. Com o sistema de *plantation* e o desprezo por aquilo percebido como natural, a exploração se tornou contínua e foi se expandindo, sem preocupação com a regeneração florestal (Dean, 1996).

trapos” (Elliot, 1847, p. 21), Rohan de “mais de sessenta espécies de peixes de delicado sabor”²⁵ (Rohan, 1847, p. 381), entre diversos outros casos.

Neste mesmo sentido são percebidos alguns animais terrestres e voadores que podem e são caçados, servindo de alimento durante as viagens. Entre eles encontramos antas, pássaros como mutuns, patos, gansos, marrecos (Elliot, 1847), veados, lebres, pacas, cutias, porcos, galináceos diversos²⁶ (Rohan, 1847). Novamente, antes de serem considerados importantes como animais vivos, são “productos naturales” (Rohan, 1847, p. 381).

Finalmente, é fundamental analisarmos a atenção dos escritores quanto aos aspectos minerais do mundo natural. A busca por metais preciosos, principalmente ouro e prata, foi uma grande expectativa desde o início da colonização do continente americano. Ao passo que tal procura foi rapidamente bem-sucedida no território dominado pela Coroa espanhola, Portugal demorou a satisfazer tais desejos. Foi só no final do século XVII que foram encontradas minas de ouro e pedras preciosas, as principais delas na região de Minas Gerais, levando a uma rápida e intensa ascensão de uma economia aurífera. Após alcançar seu auge, em meados do século XVIII, tal extração diminui na segunda metade do século, devido ao virtual esgotamento das minas e à precariedade financeira do setor, que limitava sua capacidade de investimento. No decorrer deste período de ascensão e queda do chamado ciclo do ouro, houve grande expansão do território ocupado pela sociedade colonial, com a continuidade da ocorrência de entradas e bandeiras em busca dos metais e da captura de pessoas indígenas que seriam escravizadas e usadas para extração do ouro (Sampaio, 2014).

Mesmo com a independência e após o final do recém citado ciclo econômico, a busca por novas minas de metais preciosos e a expansão estimulada por excursões ao interior do país seguem ocorrendo, sendo algumas das próprias viagens narradas na RIHGB parte deste movimento. A esperança por encontrar

²⁵ Embora a tônica principal do texto de Lopes seja a visão da natureza como recurso a ser utilizado, também podemos notar aspectos em que se nota um *impulso desejante* por parte do autor. Ao tratar de diversas espécies de peixes e enfatizar o seu “delicado sabor”, Lopes demonstra esse desejo pelo desconhecido, por um desbravamento que não fica restrito ao útil, se vinculando a questões sensoriais (Sevcenko, 1996).

²⁶ Os textos analisados nesta dissertação alternam entre momentos mais narrativos e mais descritivos. Entre os últimos, a listagem de elementos naturais, especialmente de animais e plantas, é muito presente, apresentando o que Sússekind denominou “efeito de lista” (Sússekind, 1996). Os autores simplesmente vão arrolando o que era encontrado, sem maiores reflexões ou adjetivações, na busca por escrever um texto com maior objetividade, que pudesse abarcar e ordenar a grande diversidade que era encontrada e percebida.

novamente esta enorme fonte de riqueza gera fenômenos como a busca por uma perdida cidade repleta de ouro. Esta cidade, na verdade, era apenas uma lenda, e nunca é encontrada pelos viajantes (Cunha, 1844; Oliveira, 1848).

É na escrita de um deles que há uma longa digressão apontando o atraso do Brasil em relação ao processo civilizatório e a importância destes recursos naturais para que o país alcance as nações europeias, após a qual ele se desculpa, por haver fugido ao tema de sua redação, conforme apontamos no primeiro capítulo. Esse trecho é extremamente relevante, pois explica a sua visão do porquê de tais recursos naturais, especialmente os minerais, serem considerados importantes para o país:

O Brazil sem estradas, sem portos, sem canaes, sem marinha, sem machinas de industria e agricultura, sem povoação no seu vasto interior, não lança mão do único e superabundante recurso que lhe offerece seu riquíssimo solo para povoar seus desertos espaços, plantar e promover seu commercio interno, abrir communicações fáceis em todas as direcções, pagar suas dividas, e fomentar a industria de seus filhos! (Cunha, 1849, p. 527)

Certamente é importante que tenhamos em mente que o escritor valoriza o próprio trabalho de busca por minas de ouro, mas expõe também o que permeia a mentalidade utilitária em relação ao mundo natural para desenvolver o país e como este aspecto se liga com outras questões. Assim, Benigno conclui o texto citando um longo trecho escrito por José Bonifácio e apresentando uma última consideração, comparando Brasil e Portugal:

“A mineração nutre e sustenta numerosas familias, que por falta de trabalhos úteis em terrenos pela maior parte estereis e desertos, se entregariam á inércia, e aos vícios seus filhos. Ella povôa montanhas escavadas e charnecas inuteis, e as apinha com o andar do tempo de aldeãs, villas e cidades. Ella enriquece immediata ou mediatamente o erário publico com os lucros proveninentes das minas da coroa e dos direitos metallicos: Ella augmenta e segura os impostos sobre a entrada e consumo dos viveres, fazendas e materiaes necessarios aos mineiros; consumo que cresce progressivamente com a povoação e com a industria. A mineração augmenta o cabedal metallico da nação, que pôde, sem diminuir o preciso para a agricultura e fabricas já estabelecidas, ser empregado em novas e uteis emprezas, como estadas canaes, portos, pescarias, plantio de bosques, e outros objectos importantes, de que tanto precisamos. Ella fomenta mui particularmente coomercio e industria nacionaes, diminuindo a importação de minaraes estrangeiros, subministrando matérias primeira ás fabricas, augmentando a exportação de generos novos, dando consumo e actividade aos trabalhos da agricultura, estabelecendo ou sustentando manufacturas para uso das minas, como as de cordas, couros, polvora, água-forte, e outroas....

O commercio e as manufacturas só trazem riqueza certa e de monta ás nações, que principalmente as cultivam quando os estranhos e visinhos são ignorantes e preguiçosos. Mas isto muda todos os dias, como nos ensina a historia do commercio europeu nos dous últimos séculos. Os mineraes uteis

porém, que a natureza repartiu com mão escassa por poucas terras privilegiadas, são sempre necessários aos outros povos que os não tem de proprio cabedal... Se a Russia, a Prussia e a França se enriqueceram de novo tanto com a lavra de suas minas, quem proíbe a Portugal enriquecer-se do mesmo modo? Pão, pólvora e metaes são quem sustenta e defende as nações: e sem elles de proprio fundo é precaria a existência e a liberdade de qualquer Estado.

As minas pois fomentadas e administradas sabiamente põem em circulação riquezas immensas debaixo de fórmulas diversissimas: abrem novas fontes sempre perennes de nutrição e socorro á lavoura, ao commercio e ás artes: criam e sustentam um grande numero de braços: e diminuindo a vadiação e mendicidade das comarcas, firmam o socego e a segurança publica; espalham luzes e conhecimentos uteis por uma grande parte da nação; augmentam enfim a dignidade do homem social pelas victorias que obtem diariamente contra a natureza, muitas vezes madrastra, executando machinas e trabalhos portentosos. Isto, que nos prova a historia moderna, se confirma pela antiga: pois que os povos mais famosos da antiguidade, os Egypcios, os Phenicios, Gregos, Carthaginezes e Romanos, da lavras das suas minas tiraram muito principalmente a sua riqueza; e o que mais é, a sua civilização”

Quando este insigne Brasileiro assim escrevia, estava Portugal em muito melhor estado commercial, industrial e agricola do que está actualmente o Brazil. (Cunha, 1849, p. 527-529).

Utilizando as palavras de alguém extremamente reconhecido pela elite letrada do Império, o cônego Benigno apresenta também suas impressões sobre diversos assuntos. Autor de vasta obra, é importante pensarmos qual faceta de José de Bonifácio é lembrada aqui, a que entra e a que fica de fora daquelas impressões de Bonifácio. Começaremos com o que ficou de fora da análise.

José Pádua realizou uma importante análise do pensamento de Bonifácio com relação ao ambiente. Uma das questões importantes que são totalmente ignoradas e evitadas na citação e nas ideias expostas por Benigno é a preocupação de Bonifácio com a destruição ambiental, que poderia levar um futuro sombrio à própria sociedade. Inclusive, para embasar tal argumento, ele lembrava os casos de sociedades antigas que, por desmatarem demais, transformaram seus territórios em desertos (Pádua, 2004). O cônego, entretanto, ressaltou um trecho que trata dos povos da antiguidade apenas para apontá-los como exemplo de uso da riqueza mineral para a civilização, ignorando completamente a preocupação de Bonifácio com o desmatamento.

Outro aspecto importante do pensamento de Bonifácio deixado de lado pela citação escolhida é a crítica à sociedade escravista. O próprio Pádua examina que o “o IHGB constituiu-se no principal eixo institucional da vertente não-abolicionista no Brasil monárquico” (Pádua, 2004, p. 179), o que tem relação com sua forte vinculação ao Império, legitimador da escravidão no país. Bonifácio relacionava

diretamente a destruição ambiental às técnicas inadequadas de trabalho no país, realizadas pelos escravizados em larga escala. Defendia, assim, a abolição da escravidão e a fixação das famílias em suas terras, aproveitando mais estas do que fazia o latifúndio escravista (Pádua, 2004, p. 76). Sobre a falta de críticas à abolição nos relatos analisados nesta dissertação falaremos no próximo capítulo.

Trataremos agora das questões importantes sobre a forma de se pensar e entender o mundo natural que, utilizando a citação de Bonifácio, o cônego Cunha demonstra guiarem a análise realizada pelo viajantes cujos textos analisamos aqui. Primeiramente, cabe lembrar que José Bonifácio teve a mineralogia como seu principal campo de pesquisa, razão pela qual foi conveniente sua utilização como embasamento da defesa da mineração no Brasil.

Embora a mineração seja ressaltada, importa perceber a noção de que a economia brasileira se dinamizaria a partir do bom aproveitamento dos recursos naturais. Enquanto os terrenos ruins levariam a uma população problemática, o bom uso dos recursos naturais levaria a um ciclo de prosperidade. O trabalho de extração e utilização destes recursos leva à fixação e ao aumento da população e enriquece o Império brasileiro. O bom uso destes recursos é apresentado como uma vitória do homem social contra a natureza, com o uso do trabalho e de máquinas. Com o aumento de riquezas são feitas mais obras de infraestrutura, há investimento na indústria e aumento do comércio. Serão estes que levarão o país a tornar-se civilizado tal como outros países europeus apontados como comparação. O domínio e a domesticação da natureza do país permitiriam a sua civilização. A prosperidade material não é um único objetivo, mas também um meio para a promoção da harmonia social e do conhecimento sobre o mundo físico, produzindo uma sociedade moralmente superior.

Importante também perceber que o texto original de Bonifácio foi escrito enquanto o Brasil era ainda colônia, sugerindo portanto tais estratégias à Coroa portuguesa. Embora o cônego Benigno faça a ressalva de que se fala agora de um país independente, chama a atenção que as ações apontadas como necessárias são exatamente as mesmas. O processo civilizatório em relação ao mundo natural é igual, quer seja um Brasil colonial ou um Brasil independente. Nem mesmo a alteração do beneficiário das riquezas que deixaria de ser a metrópole e se tornaria o próprio país é apontada por Cunha, que afirma apenas que o recém independente país está ainda pior que Portugal nos seus comércio, indústria e agricultura.

Reafirmada, portanto, a conexão entre a natureza percebida e transformada em recurso, seu uso para enriquecimento do país, fomentando o capitalismo e o processo civilizatório no Brasil.

É importante lembrar que, para a ocorrência de tais processos, se fazia necessária a ligação entre as diversas partes do território, a unificação do país. A busca por novas rotas é a principal razão para diversas viagens narradas na RIHGB, quer seja por pedido de autoridades provinciais ou de patrões dos viajantes. A unificação do Brasil permitiria que a civilização fosse levada para os mais distantes rincões, assim como que os recursos dos locais mais afastados pudessem ser escoados e vendidos, utilizados pelo Império para construir a civilização.

Neste processo, alguns elementos do mundo natural podem ser considerados obstáculos a serem vencidos para facilitar a integração. O major Hilário Gurjão, em sua descrição de viagem feita desde a cidade da Barra do Rio Negro, pelo rio de mesmo nome, até a serra do Cucaí, utiliza seus conhecimentos como engenheiro e bacharel em matemática para apontar, por ordem do presidente da província, modificações a serem realizadas no ambiente para facilitar a navegação:

Para que se possa navegar desde Santa-Izabel em embarcações de alto bordo será mister, não só destruir as caxoeiras que ficam abaixo de São-Miguel, como dahi para cima, até a distancia de 40 leguas, abrir um canal por entre essa série de rochas (Gurjão, 1855, p. 194).

Não há qualquer reflexão aí sobre a beleza do ambiente, sobre seu fundamento ecológico ou sua serventia para as populações locais. Sendo apresentadas como obstáculos à navegação, as cachoeiras devem ser destruídas e canais de quarenta léguas abertos, sem ser sequer citada qualquer preocupação estética com a paisagem, observando-se apenas que tal trabalho “seria muito dispendioso, porém não impossível” (Gurjão, 1855, p. 194).

Entretanto, no início do mesmo relato encontramos um importante trecho que diverge dessa perspectiva. Nesta passagem o autor se entrega a divagações e apresenta seus pensamentos não requeridos por seu superior, fugindo ao objetivo do texto. Como em outros casos semelhantes analisados nesta dissertação, Gurjão logo em seguida pede desculpas pela fuga do tema, nos mostrando as pressões e constrangimentos da sua escrita.

Vêem-se as margens d'este rio, tributário do gigante dos rios, ornadas de arvores colossaes sempre verdejantes e floridas; o que prova, que a destruidora das obras da natureza, a mão do homem, pouco tem feito a bem d'aquillo, que se chama civilização. Á sombra d'estas bellas arvores,

pela maior parte madeiras de lei, descansam imensos vegetaes muitos dos quaes ainda não figuram na escala botanica. A grande quantidade de argilla branca e colorida pelo oxido de ferro em diversos estados, apresentando-se o mais das vezes em camadas distintas, o barro de oleiro, a piçarra e os seixos rolados que se encontra até Santa-Izabel, seguindo-se depois as pedras dispersas por todo o leito do rio, e em muitas partes como formando muro nas margens, e quiz unicamente a argilla pura, provam as diversas épocas em que estes terrenos foram formados (Gurjão, 1855, p. 184).

Há aqui a descrição de uma natureza bela, grandiosa e inexplorada. Há atenção à relação entre os rios, as árvores, as flores, sem interesse utilitário, sem advogar sua transformação em recurso. Inclusive, ocorre justamente o inverso: há uma crítica à destruição das “obras da natureza” feita pela “mão do homem” a favor “d’aquillo, que se chama civilização”. Há o exato oposto à narrativa que se espera, à narrativa que compõe a ampla maioria dos relatos, inclusive a maior parte deste mesmo texto. Torna-se evidente que o pensamento de Gurjão não é necessariamente aquele favorável ao processo civilizatório. Nesse caso existe até mesmo um questionamento não apenas da maneira como ocorre o processo civilizatório, com destruição ambiental. Ao escrever “aquillo que se chama civilização” ao invés de simplesmente utilizar o conceito, o autor se distancia dele, não o subscrevendo, portanto. É uma crítica radical, embora breve e indireta.

Encontramos aqui elementos do romantismo e de seu caráter contraditório, a sua crítica moderna à própria modernidade. Gurjão parece se dividir entre a modernidade e a sua crítica, em conformidade com o modelo romântico que formou a intelectualidade da época, mesmo aqueles que se dedicavam a transformar intensamente a natureza.

Criticando a modernidade em nome de valores importantes do passado que estariam sendo perdidos, o romantismo traz de forma recorrente a reprovação da mercantilização do mundo natural. O faz em nome de uma conexão com a natureza que existiria anteriormente, pensamento que é resultado da individualidade subjetiva, que não deixa de ser um traço da própria modernidade, para além da noção de natureza como algo externo ao humano, também moderna, conforme já apontamos anteriormente neste capítulo. Assim, a crítica romântica à modernidade normalmente reage ao desencantamento do mundo, incluindo aí a natureza, que está diretamente associado à quantificação deste mundo, relacionado ao caráter

utilitário da modernidade capitalista (Lowy, 1995)²⁷. Podemos perceber estas características no relato de Gurjão, que traz elementos de ambas as interpretações de mundo.

Porém devemos estar atentos às especificidades do romantismo no Brasil. Enquanto na Europa a valorização do mundo natural ocorria como rebeldia à sociedade instituída, estimulando a auto-reflexão libertadora, no Brasil, com sua diminuta quantidade de intelectuais, diretamente relacionados ao poder do império brasileiro e ao próprio imperador Dom Pedro II, a situação era muito diferente. A ida a natureza do romantismo brasileiro se relaciona ao êxtase por conta de sua exuberância e à celebração de sua singularidade exótica, com grande atenção à exaustiva descrição de suas características. Tal exaltação da natureza tropical também demonstra a vontade da elite intelectual local de se diferenciar da europeia. O romantismo está associado à formação nacional, que no caso brasileiro ocorre a partir de uma oposição a Portugal. Portanto, ao retratar o mundo natural brasileiro, os românticos do país apresentam ao leitor sua particularidade, sua originalidade em relação à Europa (Lima, 2007).²⁸

Assim, mesmo não sendo um literato, Gurjão também está inserido no mesmo país, com as mesmas condicionantes. Sua reflexão acerca dos impasses do processo civilizatório é breve e faz parte das raras colocações acerca da natureza que realmente criticam o processo civilizatório.

Logo após, em seu texto, há uma citação às “madeiras de lei”. Essa denominação diz respeito às legislações que proibiam que particulares cortassem algumas árvores cuja madeira era mais resistente. Essa proibição tinha pouca relação com a preservação da natureza por qualquer valor intrínseco desta. A grande questão é que tais madeiras deveriam ser protegidas para uso do Estado, principalmente para construção de navios da marinha, providência que havia sido proposta por José Bonifácio (Pádua, 2004). Inclusive, o uso da palavra “madeira” já traz a ideia da transformação do ser vivo árvore em um recurso natural. O major, embora apresente a crítica ao desmatamento, logo demonstra que “árvore” e “madeira” têm o mesmo significado em seu léxico.

²⁷ Importante notar que romantismo e iluminismo coexistem não apenas no pensamento do autor analisado, mas na própria modernidade a partir de século XVIII, sendo sua relação não apenas de oposição, mas variável e complexa (Lowy, 1995).

²⁸ A falta de formação filosófica e de um público por ela interessado também são elementos importantes que ajudam a explicar a prioridade romântica nacional à observação detalhada da natureza em detrimento da reflexão a partir dela (Lima, 2007).

Finalmente, podemos examinar a maior contradição no seu relato. Após apontar que diversas plantas encontradas em sua viagem não haviam sido ainda estudadas pela ciência da época, figuradas na “escala botânica”, em referência à taxonomia dos naturalistas, Gurjão analisa a composição do rio e de suas margens. As argilas coloridas, o barro, as rochas, uma vez estudados, apontariam a formação geológica do rio. O major registra as potencialidades de estudo daquele e naquele local, sua possibilidade científica. Mas logo declara não ser botânico, geólogo ou naturalista, portanto estará

rezervando-me unicamente a mostrar o estado em que encontrei as povoações d'este rio, para que chegando ao conhecimento do governo da provincia, possa elle curar dos meios de fazer prosperar esta parte d'ella, que com os immensos productos, que encerra, ainda um dia muito concorrerá para abastecer seus cofres (Gurjão, 1855, p. 184-185).

Toda a beleza e a importância científica daquele território percebidos em sua viagem são deixadas de lado. Importa sua missão: registrar o estado daquele local considerando sua potencialidade para o processo civilizatório. A prosperidade é o objetivo e ela ocorrerá através do uso da natureza, transformada em recurso natural, aqui já denominada “produto”. Seu comércio deverá enriquecer a província e seu governo. Pode-se duvidar do processo civilizatório, mas, ao final, cumpre-se o objetivo da excursão e o relato é escrito conforme as indicações e os requerimentos das autoridades. Portanto, a devastação ambiental, no caso a destruição de cachoeiras e abertura de canais sobre belas e esclarecedoras rochas, se apresenta não apenas válida como necessária para facilitar o escoamento de tais “imensos produtos”.

Já citamos no primeiro capítulo desta dissertação a comparação feita pelo engenheiro André Przewodowski entre a circulação das riquezas naturais pelos canais e estradas de um país e a circulação do sangue nas veias de um homem. Afirmando que ambas as circulações mostram a vida e a força do homem ou da nação, Przewodowski defende veementemente obras como a sugerida por Gurjão, que facilitam a comunicação de diversas partes do Brasil. No trecho seguinte, ele explicita essa importância de modo mais pragmático e menos metafórico:

O interior do Brasil abunda de ricos productos: uns ficam por preço mui elevado quando chegam ao littoral, e outros estão ainda desconhecidos. O mesmo acontece com os productos do littoral e os de importação, que chegam com grandes difficuldades, ou muitas vezes não chegam aos lugares mais remotos do sertão (Przewodowski, 1848, p. 375).

Assim, além da saída dos recursos naturais do interior do Brasil para o litoral, a abertura de caminhos é importante também para que produtos do litoral e do exterior cheguem ao interior do país. É necessário que os produtos das zonas consideradas civilizadas cheguem naquelas partes denominadas sertões, conforme veremos adiante. Assim, seria possível fixar populações que trabalhem em tais locais e se integrem realmente ao país, formando a nação brasileira, assunto sobre o qual nos deteremos no próximo capítulo.

Finalmente, para além da circulação de mercadorias, há outra importante razão pela qual se busca a conexão das várias áreas do país. Assim como existe enorme relevância para a formação da identidade nacional a elaboração da sua História, também a delimitação e definição do território nacional são fundamentais, pois “assim como a tradição é a pátria no tempo, o território é a pátria no espaço” (Magnoli, 1997, p. 109-110).

Para legitimar essa definição das fronteiras se faz uso de uma ideologia, o mito da Ilha-Brasil, formulado neste período imperial por diversos autores, entre eles o historiador e importante membro do IHGB Francisco Adolfo de Varnhagen, de quem trataremos brevemente no próximo capítulo. Tal mito defende que a unidade do território brasileiro teria uma origem no passado, não apenas na época colonial, por aquela área ser posse, ainda que virtual, da Coroa portuguesa, mas inclusive no período anterior. Os povos indígenas da região, notadamente tupi e aruaque, seriam diferentes daqueles dos outros países do continente, demonstrando que o surgimento do país Brasil estaria já predestinado. Ainda, tal ocupação dos povos indígenas teria uma origem ainda mais legítima: a própria natureza. Haveria uma unidade territorial a partir do encontro das bacias hidrográficas platina e amazônica e seriam estes os limites lógicos do Império brasileiro (Magnoli, 1997).

É evidente que tal formulação não é verdadeira. É impossível encontrar um passado que traga tal predestinação, tratando-se de uma teleologia, comum ao pensamento do período e ainda hoje arraigada em parte da população. Ainda, não existe tal encontro entre as bacias mencionadas, invalidando o cerne do próprio mito. Porém, importa que ele gerou consequências, atuando como símbolo que une as oligarquias locais neste projeto unificado de país e na busca por realizar a integração da nação nestes grandes projetos de infraestrutura, conforme viemos analisando até aqui. Assim, o mito fundador seria atualizado no presente, apontando

o futuro de sucesso da nação, seguindo seu caminho dentro do processo civilizador já pressagiado (Magnoli, 1997).

Traçamos a maneira como foi inventado o mundo natural brasileiro, operando dentro da separação natureza-cultura, com suas peculiaridades. Analisamos aquelas questões inconscientes sobre seu entendimento do mundo natural como externo ao mundo humano e aquelas que se mostram enquadramentos feitos conscientemente, de modo a satisfazer os desejos daqueles para quem escrevem apresentando a natureza como obstáculo ou recurso para o processo civilizatório brasileiro. No próximo capítulo analisaremos como as populações encontradas nas viagens serão também enquadradas dentro deste discurso.

3. AS POPULAÇÕES

Analizados os relatos dos viajantes no que diz respeito ao mundo natural brasileiro, passaremos agora ao exame de como eles representaram e criaram um ideal a respeito das populações encontradas em suas excursões. Assim, demonstraremos que povos originários, escravizados negros, quilombolas, colonos e estrangeiros são enquadrados e assim inventados na narrativa com relação à sua posição no processo civilizatório. Podem estar auxiliando no momento das viagens, sendo agentes de civilização nos locais visitados, podem ser percebidos como passíveis de civilização no futuro, ou até mesmo como total obstáculo, sendo excluídos da imagem de Brasil que se deseja formar. Quem é o povo brasileiro ainda não está definido, e é também a busca por esta definição que guia a escrita dos viajantes, que consideram ademais as ameaças à concretização desta nação.

É importante perceber que o escritor/viajante se apresenta como externo às populações que analisa, que se assemelham assim à natureza do capítulo anterior, meros objetos a serem analisados. É a partir da racionalidade do narrador que serão examinadas as pessoas encontradas na viagem, apontando assim a sua própria centralidade na narrativa, construindo os ideais civilizatórios a partir de aproximações e afastamentos do que encontra e da sua intenção de satisfazer as expectativas de seus leitores e sua visão civilizatória, que o escritor viajante carrega e constrói.

No capítulo anterior apontamos a dualidade natureza-cultura e sua relação com o processo civilizatório como fundamentais para análise das narrativas dos viajantes quanto a animais, plantas, minerais e territórios. Essa dualidade também existirá na análise das populações encontradas, aproximando algumas do polo natural, sendo consideradas menos civilizadas, e outras do polo cultural, mais civilizadas. A análise seguirá ocorrendo a partir de sua possível utilidade, não importando se este uso depreda, extingue ou desqualifica elementos naturais ou população, como aponta Losada (2007).

Em seu relato sobre os recém descobertos campos de Palmas, Joaquim José Pinto Bandeira parte de indicações encontradas em relatos de antigas expedições. Demonstra que, embora já se soubesse da existência do local há algumas décadas, a chegada até lá tardou, por se tratar de uma região de difícil acesso. Essa inacessibilidade era em parte consequência da dificuldade em encontrar caminhos

que lá chegassem por conta da vegetação ao seu redor, mas, principalmente, ocorria por tal região ser local de habitação de grupos indígenas considerados perigosos, que haviam assassinado muitos dos que tentaram aproximar-se (Bandeira, 1851, p. 426-428).

Embora os campos em si fossem considerados um possível elemento favorável ao processo civilizatório, as matas ao redor eram percebidas como um impeditivo. A região, assim como a maioria das áreas exploradas pelos viajantes cujas narrativas analisamos aqui, era denominada *sertão*. Este termo tem grande importância na história brasileira, variando de significado conforme o período histórico. Embora não realizemos aqui uma discussão aprofundada sobre o significado deste, uma breve análise certamente será útil.

Apesar de atualmente a palavra *sertão* ser usada para referir-se a uma região específica do nordeste brasileiro de clima semidesértico, em meados do século XIX, época que investigamos nesta dissertação, tal palavra tinha outro significado. Não se tratava de uma das macrorregiões do país, ou de um local com um clima específico, mas sim uma área não dominada pelo Estado, perigosa para os colonizadores e agentes imperiais. Estas localidades não contavam com igrejas, cidades, estradas apropriadas para um comércio mais intenso ou mesmo com uma sociedade baseada no comércio ou na agricultura comercial. Em outras palavras, as instituições do Estado moderno não estavam presentes ali. Embora formalmente o Império Brasileiro, e anteriormente a Coroa portuguesa, tivessem seu domínio, na prática não controlavam tais espaços. Ademais, importante apontar sua construção como antagonista à área de *litoral*, local de civilização, de cultura, conhecido e dominado pelo Estado (Corrêa, 2015; Amado, 1995).

Eram estas regiões de *sertão*, em que a natureza brasileira era considerada virgem²⁹, que se busca conhecer para civilizar, trazendo-as para a posse de fato do Império. Neste sentido, *sertão* era uma forma de definir o espaço do território brasileiro como uma delimitação fluída, e o objetivo era diminuí-lo, até que ele deixasse de existir. No período imperial, os *sertões* entram num declínio gradual, que se intensifica no decorrer do século. Enquanto anteriormente a fluidez de seus limites apresentava variações diversas, de forma que ele diminuísse, mas também

²⁹ Já tratamos anteriormente da feminilização dos territórios inexplorados no imaginário dos agentes civilizatórios. Cabe também apontar aqui o apagamento da agência dos povos indígenas nestes ambientes. Sendo os originários considerados parte da natureza, conforme veremos a seguir, se ignoram suas interações e modificações nos territórios em que habitam (Corrêa, 2015).

em outros momentos aumentasse, nesta época sua diminuição ficará evidente, sem mais retornos (Corrêa, 2015, p. 125)

O período que estudamos aqui, dos primeiros anos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, é marcado por este esforço em compreender estas áreas e seu potencial aproveitamento econômico para que se possa dominá-las de fato. E isso é visto como uma entrada destas regiões na historicidade e na temporalidade modernas, da nação brasileira. Estes movimentos são entendidos como processo civilizatório. Assim, as populações destes locais deveriam ser domesticadas e civilizadas, participando do processo civilizatório. Ou, caso contrário, deveriam ser eliminadas e parar de atrapalhá-lo, abrindo espaço para a chegada daqueles considerados civilizados, que assim tornariam esta região parte realmente integrante do Império brasileiro. Acima de tudo, a intenção é de que ao invés de um território colonial composto por diversas nações, como antes da Independência, passe a existir o Império do Brasil com a sua nação brasileira (Kodama, 2009).

O relato do sertanista Joaquim Francisco Lopes é especialmente interessante neste ponto, demonstrando as tensões entre a manutenção da ordem imperial, a cooptação dos indígenas, por diversas vezes forçada, e a ameaça que estes representavam para a integração imperial. Após parte de sua comitiva ser assassinada por um grupo de indígenas guarani, o autor relata que encontraram um cacique daquele povo, de nome Libânio, com quem pôde manter relações amistosas. Pede então que este faça valer a ordem imperial entre seu povo, identificando e punindo os assassinos. O sertanista ainda deixa no ar uma ameaça velada de maiores problemas aos indígenas da região caso sua ordem não fosse cumprida, conforme notamos no trecho a seguir:

Tomando então um ar grave, como o caso pedia, fiz vêr ao cacique, que os índios que haviam acompanhado Barbosa e seus companheiros os haviam assassinado, roubado e estragado o que elles conduziam em sua canoa. Disse-lhes que o nosso governo mandava castigar a nós outros quando faziamos mal a sua gente, e que assim elle devia entregar os assassinos, para exemplo, e para que elles todos não ficassem com a nota de matadores (Lopes, 1850, p. 332)

No outro dia, o cacique Libânio entrega três homens de seu povo, sendo um deles seu próprio sobrinho, e eles são levados para um forte para se tornarem soldados do Império brasileiro. O poder imperial, representado pelo viajante e seus companheiros de viagem, busca fazer valer a ordem estatal, mesmo em território distante dos grandes centros urbanos, na busca por civilizar estas regiões.

Ainda, Lopes aconselha que o cacique impeça outros ataques do gênero e que fixe seu grupo em região mais próxima de instituições imperiais, para “que contassem com a proteção do governo e com os favores” deste (Lopes, 1850, p. 333). Ao final, o sertanista ainda afirma se despedir do cacique “com a solenidade e tristeza de duas pessoas amigas que vão dar-se um adeus, e talvez eterno” (Lopes, 1850, p. 333). Junto de autores como Dora Shellard Corrêa, nos perguntamos até que ponto há uma amizade verdadeira entre ambos e quais foram as reais situações ocorridas nestes contatos, uma vez que neste período há o claro objetivo dos agentes imperiais de dominar estes territórios que estavam na posse indígena até então (Corrêa, 2015, p. 110).

Ao encorajar o aldeamento dos indígenas em regiões próximas a um centro mais civilizado, o território anteriormente habitado por eles e os recursos naturais da região ficam disponíveis para ser realmente anexados ao Império brasileiro, a partir da sua apropriação pelas elites locais, que disputam tais posses. Assim, estes espaços são integrados em redes de comércio e podem também receber as populações ditas civilizadas (Corrêa, 2015, p. 128).

De qualquer forma, o discurso do sertanista afirma que tais “conselhos” dados ao cacique Libânio são para benefício dos indígenas, que seriam assim passíveis de assimilação à nascente nação brasileira. Apresentando tais argumentos, se transmite uma imagem de interesse e preocupação em relação a tais populações. A historiografia demonstra que o período imperial foi marcado por uma política extremamente agressiva em relação às populações indígenas, que deixaram de ser consideradas pelo Estado parte legítima, não apenas politicamente, como até mesmo existencialmente. Os povos originários são percebidos como um resquício do passado, devendo, portanto, ser civilizados, passando ao futuro, transitando do campo natural para o campo cultural, ou, caso não fosse possível, deveriam ser eliminados.

Assim, os indígenas são primeiramente separados entre aqueles considerados “mansos” ou “domesticados” e os classificados como “bravos” ou “selvagens”. Enquanto os segundos são vistos como uma real ameaça à civilização por suas atitudes bélicas, os primeiros não mais atacam, mas tampouco podem ser considerados civilizados. Ser civilizado pressupunha uma forte mudança de hábitos, da qual falaremos adiante, sendo o principal deles a adoção do trabalho para os

colonos. Neste sentido, depois de décadas de um grande vazio legislativo³⁰, com episódios de fortes ataques aos indígenas,³¹ é promulgado o Regulamento sobre as Missões de Catequese e Civilização dos Índios, em 1845. Tal legislação buscou administrar as populações indígenas através da continuidade do sistema de aldeamento, que era então apresentado como uma transição até a assimilação total dos indígenas à sociedade brasileira. Oficialmente a administração destas aldeias era leiga, do Diretor de Índios, que deveria providenciar os mantimentos necessários aos indígenas, enquanto missionários seriam assistentes religiosos e educacionais³² (Cunha, 1992, p. 133-154).

Na prática, havia escassez das provisões essenciais à sobrevivência dos aldeados, com a administração normalmente recaindo aos próprios religiosos com pouco recurso e/ou pouca vontade de garantir o básico. Ao mesmo passo, a população originária não conseguia manter sua forma tradicional de existência nestes locais, sem os recursos de seu território tradicional, muito mais vasto que aquele em que foram então alocados. Como consequência, muitas vezes alguns se apropriavam de recursos dos povoados ao redor, o que era visto como roubo por seus habitantes. Cresciam assim animosidade e desconfiança das populações vizinhas aos aldeamentos.

A vida dos indígenas não tinha grande valia para o Império, e, assim, não havia repercussão relevante por parte deste nas diversas vezes em que eram assassinados. Seu uso como mão de obra barata também era frequente, embora tenha diminuído no decorrer do século XIX. A desintegração de seus modos de vida tradicionais ocorria pela já mencionada falta de recursos territoriais e pela imposição dos hábitos entendidos como civilizados, questão de que abordaremos com mais detalhes no decorrer do capítulo. Finalmente, a mortandade por conta de epidemias, decorrentes da falta de anticorpos destas populações para as doenças vindas de outros continentes, agravadas pelas péssimas condições de vida dos nativos, traz um último, mas essencial elemento explicativo para entendermos essa falta de real alternativa (Corrêa, 2015; Cunha, 1992).

³⁰ Desde a revogação do Diretório dos Índios do período pombalino, em 1798. Entretanto, com o vácuo legal decorrente, as diretrizes revogadas seguiram em vigor de forma não oficial (Cunha, 1992, p. 133-154).

³¹ Neste período o Estado chega a declarar abertamente a guerra contra certos povos indígenas considerados “bravos”, como mostra Corrêa (2015, p. 106) acerca da Província de São Paulo.

³² Adiante neste capítulo falaremos da importância da religião cristã segundo o pensamento civilizatório da época.

A partir da Lei de Terras, de 1850, a supressão das terras ocupadas pelos indígenas, que já ocorre com sua expulsão dos sertões e confinamento nas aldeias designadas, passa gradualmente a ocorrer na própria área dos aldeamentos. A presença de terceiros não indígenas, a alegada assimilação destes indígenas, que deixariam assim de ser indígenas, e a própria desocupação destes locais, mesmo que temporária, relacionada a aspectos de seu nomadismo, seminomadismo ou à própria busca de comida fora da aldeia, são desculpas para a extinção da aldeia. A terra acaba sendo apropriada pelo governo imperial, que a repassa para instâncias de menor poder que a vendem a particulares (Cunha, 1992).

Apesar de todos estes ataques aos povos indígenas realmente existentes na época, é neste mesmo período que a imagem do indígena se torna elemento central no ideário nacional em construção. Conforme exposto no capítulo anterior desta dissertação, a literatura romântica brasileira é formada a partir da vontade de diferenciação em relação àquela literatura feita na Europa. Assim, há uma busca de aclimação em relação à natureza tropical brasileira, tematizada a partir do êxtase por sua exuberância ou do lamento pelas saudades, devido à sua distância a partir do exílio. Ambas as formas são extremamente diferentes daquelas do romantismo europeu, em que o literato parte da natureza para distanciar-se das pressões da sociedade e realizar uma autoanálise, não simplesmente uma descrição do mundo natural, como no caso brasileiro (Lima, 2007).

Além de tal diferença quanto à abordagem em relação à natureza, outra forma usada pelo romantismo brasileiro para diferenciar-se de seu análogo europeu era o foco no indianismo. A necessidade de exaltação da nacionalidade era idealizada no “índio patriota”, que marcaria, junto à natureza tropical, a originalidade brasileira. Notavelmente, os indígenas são apresentados em alguns casos como inimigos dos portugueses, de forma a demarcar a independência do pensamento brasileiro, mais especificamente da literatura nacional, em relação à metrópole da qual foi há pouco colônia (Mantovani, 2013)³³.

³³ Nesta criação do romantismo brasileiro, o francês Ferdinand Denis e o português Almeida Garrett fizeram a sugestão que o indianismo se apresenta como elemento central. O nacionalismo brasileiro precisaria, para afirmar a independência do país, de características antilusitanas. Daí a importância de se pensar um hibridismo do povo brasileiro, que seria composto do europeu, mas também deste indígena idealizado, que exalta a futura pátria brasileira, em um movimento teleológico. Gonçalves de Magalhães seguiria esta tradição apresentando um índio guerreiro mitológico como forma de criar uma narrativa que organizasse o passado da nação (Mantovani, 2013).

Tudo isso é extremamente contraditório, já que o Império brasileiro é continuador do processo civilizatório iniciado pela Coroa portuguesa, porém faz sentido dentro de uma necessidade da intelectualidade brasileira se inventar e inventar a própria nacionalidade, o que se faz em contraposição a outra nacionalidade, no caso, a portuguesa. Porém, é evidente que essa divergência existe dentro de um modo de pensar europeizado, buscando a validação de seus pares europeus e inclusive tendo europeus como alguns de seus formuladores, notadamente Ferdinand Denis e João de Almeida Garrett (Lima, 2007).

Nesse sentido, tal vontade de diferenciação se cumpre apenas no aspecto temático, de forma superficial, sendo os indígenas reais de carne e osso, contemporâneos aos literatos românticos brasileiros, ignorados por estes. O indígena importante para eles é o inventado, do passado, mítico. Enquanto isso, o indígena real era progressivamente destituído de suas terras originárias, conforme os sertões diminuía.

Essa tematização, entretanto, não foi unânime. Outra corrente de pensamento, da qual fazia parte o célebre historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, atacava o indígena idealizado como essencial para a nacionalidade brasileira. Porém, não o fazia em benefício dos indígenas reais daquele período, mas pelo exato oposto: apontava que estes deveriam deixar de ser considerados como fundamento da identidade nacional, sendo em realidade obstáculos para a busca desta identidade, que estaria vinculada à civilização do país (Cezar, 2018)³⁴ Apresentando-se assim como mais preocupados em retratar o que consideram a realidade do Brasil, estes autores vinculam-se à ideia de racionalidade, em oposição ao sentimentalismo dos românticos.

Conforme já afirmamos nesta dissertação, os relatos aqui analisados fazem parte deste grupo que busca escrever a realidade encontrada nas regiões visitadas, de forma a atender as expectativas das autoridades para quem escrevem. Porém,

³⁴ Varnhagen, em sua influente obra *História Geral do Brasil*, criou uma ideia unificadora, um *tempo da nação*, que opunha a barbárie à civilização. Essa oposição não era delineada linearmente, de forma cronológica, num contínuo. Pelo contrário, identificava gestos civilizadores ocorridos desde o século XVI, e os inseria na lógica da historicidade nacional, ao passo que tudo aquilo que era considerado discordante desta historicidade era empurrado para fora do tempo da nação, mesmo que contemporâneo à escrita da obra. Eram os escravos e os indígenas os *Outros* daquele *tempo nacional*, sendo os primeiros considerados por Varnhagen passíveis de ser, algum dia em um futuro incerto e distante, inseridos no tempo nacional, enquanto os segundos estariam fora da História, *primitivos*, testemunhas do início da humanidade. As ideias de Varnhagen são representativas das divergências do pensamento da elite brasileira acerca da temporalidade e da historicidade do recente país e de seus habitantes (Cezar, 2018).

não encontramos autores advogando de forma direta o extermínio dos indígenas como um todo. Existe uma forte tendência em realizarem-se análises que separam aqueles que seriam “bravos”, daqueles vistos como passíveis de domesticação, de civilização. Uma vez que há de fato o encontro dos viajantes com estas populações, se torna impossível apenas descrevê-las da mesma forma idealizada inventada pelos literatos do romantismo brasileiro. Portanto, algumas nuances, que analisarei a seguir, se tornam presentes.

Ainda, os textos analisados neste trabalho não têm como principal preocupação questões de maior erudição, abordagens filosóficas ou históricas sobre o local dos indígenas no passado, sua decadência ou não, comparações com os Antigos, entre outras questões extremamente debatidas na própria RIHGB por personagens como o próprio Varnhagen.³⁵ Sua temática estava relacionada ao local destes indígenas na paisagem, com a relação deles com a terra e o trabalho, com as possibilidades ou não de civilização do território de forma mais prática.

É esta análise que também aparece na preocupação demonstrada no relato de Joaquim Lopes em narrar o encontro com estes indígenas como algo possivelmente positivo para eles. A partir da ação dos agentes civilizatórios, alguns daqueles indígenas poderiam se aproximar do caminho da civilização. O que determinará, afinal, esta possibilidade, ao menos no campo do discurso, é sua proximidade com as características, com os hábitos esperados. Ou, em outras palavras, seu afastamento daquelas características consideradas mais selvagens, menos civilizadas.

O próprio secretário perpétuo do IHGB, em 1849, instigou os viajantes a remeterem ao Instituto “noticias sobre os costumes do Indios, sua catechese, civilisação, augmento ou diminuição; seu numero presumível, sua industria, e vantagens que d’elles se possam tirar” (Cunha, 1849, p. 109).

Assim, Angelo Thomaz do Amaral, presidente da província do Amazonas, aponta que os nativos mais civilizados podem ser úteis ao Império do Brasil sendo mandados para zonas fronteiriças, de forma a garanti-las como território brasileiro:

O governo imperial mandou contractar padres á França, para serem enviados ao interior do paiz; se d’elles couber algum, como é provável, a esta provincia, onde os catechistas tão relevantes serviços podem fazer, chamando o grêmio da civilisação as hordas fáceis de reduzir pela sua índole dócil, e disposição a viverem em sociedade regular, deve ser de preferência destinado á fronteira de Venezuela (Amaral, 1857, p. 467).

³⁵ Para tais temas consultar Turin, 2013.

Na sequência de sua fala, o presidente provincial aponta a diferenciação entre dois povos, um deles “bravo” o outro “manso”, sendo o primeiro uma ameaça para o segundo:

Os indios Parintintins e Jarús, anthropophagos, têm estado em continuas hostilidades contra os Turás, que, casi domesticados, vivem á margem do Rio Madeira.

[...]

Na foz do Aripuaná começa a formar-se uma pequena aldêa de mundurucus; o seu progresso porém há de ser tardio, porque nas imediações vagam os anthropophagos Araras, Matanaús, Ariês, Canga-pirangas e Juaritês.

Quando tratei da segurança individual e de propriedade referi-vos os horrorosos assassinatos e roubos praticados pelos Araras contra essa aldêa (Amaral, 1857, p. 467-468).

Nota-se a preocupação de que tais ataques tornem mais difícil a civilização daqueles “casi domesticados”. Outro ponto importante a ser percebido é a antropofagia, um dos principais hábitos percebidos como negativos acerca daqueles indígenas “selvagens” e perigosos³⁶. Embora não tão alarmante, o nomadismo é outro destes atributos que deveria ser erradicado. Assim, a própria política de aldeamento dos indígenas também ocorre no sentido de fixá-los à terra, para que possam nela trabalhar (Corrêa, 2016). Sua fixação também poderia fazer com que servissem para proteger novas colônias e fazendas implantadas nas regiões dos ataques dos indígenas “bravos”, como aponta José Pinto Bandeira acerca da região do Campo de Palmas:

Firmada assim a confiança d'estes Indios, foram tomando incremento as novas fazendas, conservando-se sempre ali um pequeno destacamento de permanentes, por causa de outros selvagens que ameaçavam a nova colonia, ainda que como tambem era reconhecida sua inimizade com os novos convertidos, tinham os fazendeiros n'estes um poderoso apoio contra aquelles (Bandeira, 1851, p. 433)

Além de defender colônias e fazendas, indígenas “domesticados” poderiam auxiliar na civilização dos “bravos”, como lembra Joaquim Bandeira, narrando os feitos do “Indio Condá” em auxílio do alferes Rocha Loires:

Em fins de 1845 ou fins de 1846 o Exm. Presidente da provincia o Sr. Manoel da Fonseca Lima, tentou de novo aquella exploração [...] afim de abrir uma nova communicação com a provincia de S. Pedro do Sul, na esperanza de a tornar mais facil e breve; e o acaso permittiu que commettesse este negocio o alferes Francisco Ferreira Rocha Loires, morador em Guarapuava, homem de prestimo e capaz, que o

³⁶ A figura do *canibal* povoa a imaginação europeia, e posteriormente também a neoeuropeia, desde o início da colonização das Américas, com relatos de Colombo acerca de terríveis indígenas antropófagos.

desempenhou maravilhosamente com muito pouca despeza, andando sempre exposto aos maiores perigos, por ter de passar pelos campos de Nonoháy, n'aquella provincia de S. Pedro, até então desconhecidos e exclusivamente habitados por diversas hordas de selvagens, desde tempo immemorial ali concentrados, e de onde dirigiam suas correrias a diversos pontos do caminho geral da mata, atacando, matando e roubando aos negociantes, cujo numero de victimas chegou a algumas centenas, sem que os governantes todos empenhados na cessação d'estes desastres pudessem obstá-los.

Era o Sr. Rocha Loires o homem mais próprio para esta empresa: porquanto habitando na sua infancia em Guarapuava, em companhia de seu pai o capitão Antonio da Rocha Loires, effectivo commandante d'aquelle presidio, teve ali conhecimento com o Indio Condá, tambem menino, que depois retrahindo-se aos bosques, se tornou formidavel e temido entre os seus; e aquella amizade de infancia fez com que o Indio se offerecesse a acompanhá-lo na exploração, cujo perigo elle previa, e a segurança do Indio lhe fazia desprezar: ahi se reconheceu o império que o Indio exercia sobre os mais chefes, que apresentando-se em attitude hostile nos campos de Nonoháy, sua voz a bem de seu amigo, foi bastante para os desarmar, e franquearem-lhe a passagem; a isto e a um pouco de conhecimento que tem o Sr. Rocha da língua dos Indios, se deve o estarem hoje esses selvagens menos ferozes e mais socegados; menor parte não teve n'este negocio o Exm. Sr. Conde de Caxias, então presidente da provincia do Rio Grande, que apenas ouviu a relação do Sr. Rocha, não poupou meios nem fadigas afim de aproveitar o ensejo, que se lhe apresentava, de mandar por elle mesmo distribuir pelos Indios, roupa e ferramenta própria a seus usos, além de outras muitas e acertadas providencias, de sorte que hoje se acham accommodados, e entregues á direcção de dous Missionarios; e por isso tem cessado aquelles horrorosos factos, tão frequentes, que enchiam de terror aos commerciantes de animaes (Bandeira, 1851, p. 434-435).

O longo trecho traz diversos aspectos interessantes a serem analisadas. Primeiramente, a importância maior é dada ao alferes Rocha Loires, sendo ele o reconhecido como pacificador, antes de seu amigo de infância, o indígena Condá. Ao afirmar que este teria “depois retrahindo-se aos bosques”³⁷, mesmo que tal ação tenha lhe dado notoriedade e conhecimento para auxiliar na tarefa de pacificação dos indígenas da região, também mostra a inconstância desta pessoa, um reflexo daquilo que é percebido como uma característica geral dos indígenas³⁸.

³⁷ A queima dos bosques citada por Bandeira (1851, p. 427, 435) não ocorria apenas para abrir espaço para plantações, aproveitando a fertilidade das cinzas da floresta, e para criação de animais, como apontamos no capítulo anterior, mas também porque estas matas eram consideradas espaços de risco, de onde animais selvagens e indígenas selvagens poderiam irromper a qualquer momento (Corrêa, 2015; Sevchenko, 1996). Aqui fica evidente mais uma vez a construção dos indígenas menos civilizados como parte do mundo natural.

³⁸ Analisando documentos do período colonial, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro aponta que a alegada inconstância dos indígenas ocorria por uma diferente forma de vida destes, ligada à busca pela alteridade, pela troca, e pela relação, diferente da cultura europeia que valorizava a identidade e sua constância, sua continuidade. Para os indígenas, não havia problema em aderir a algum hábito europeu, desde que tal adesão lhes parecesse benéfica. De igual maneira, não haveria problema em abandonar tal hábito posteriormente, pois não estavam apegados à construção de uma identidade fixa (cristão, sedentário, monogâmico, etc) a partir deste hábito, mas sim na relação com o Outro europeu ou eurodescendente (Viveiros de Castro, 2020).

Voltando ao texto de Joaquim Bandeira, notamos que o Conde de Caxias, presidente da província de Rio Grande, ao distribuir roupas e ferramentas aos indígenas, demonstra vontade de sedentarizá-los, civilizá-los. Porém, a importância maior está em tornar seguras as rotas utilizadas pelos comerciantes, não na civilização dos indígenas como um fim em si mesma.

A questão sobre quem é ou será o povo brasileiro é central neste momento de construção da identidade nacional. A possibilidade dos indígenas de fato se tornarem este povo é uma grande discussão na época. Embora o romantismo literário valorize apenas o idealizado indígena do passado, e as populações indígenas realmente existentes naquele momento diminuam fortemente com as políticas imperiais, se afirma a existência de uma intenção de que, a partir de sua miscigenação, o indígena participe desta formação do povo brasileiro, se assimilando aos civilizados³⁹.

Mas, para que isto ocorra, é considerada essencial sua domesticação e civilização. Neste sentido entra por diversas vezes a ideia de que são necessários sacerdotes para catequizar tais indígenas, pois há o entendimento de que

[...] só sacerdotes verdadeiramente dedicados á catechese, por amor da religião, a quem se encarregasse a direcção das aldeas, seriam capazes de fazê-las prosperar e augmentar pelo respeito e veneração que aos padres em geral tributam os indios (Vieira, 1857, p. 464).

Catequização, sedentarização e, a partir do trabalho na terra, civilização. Seria o caminho necessário para tais populações originárias. Porém, ele é reputado como difícil, pois a própria natureza dos indígenas seria contrária à todo este processo, como afirma Bandeira:

[...] sem autoridade que os domine, sem sacerdote que os baptize, e lhes explique os primeiros rudimentos da religião: da nossa sociedade só tomam os vícios, vivem da caça, e pouca plantação, e em um estado de barbaria, que se não fora a cega obediência que tributam a Viri [liderança indígena], homem sincero e fiel á amizade (attributo muito raro n'esta qualidade de gente) já teriam sem duvida cometido os maiores attentados e crimes, para o que tem natural inclinação (Bandeira, 1851, p. 436).

É por tais razões que por diversas vezes há uma busca por parte dos viajantes de analisar as já extintas missões jesuíticas. Embora anteriormente

³⁹ No influente ensaio *Como se deve escrever a História do Brasil*, publicado em 1844 na Revista do IHGB, o naturalista bávaro Carl Friedrich Philipp von Martius escreve diretrizes para a escrita da História brasileira. Ali, aponta que a nacionalidade deverá ser composta pela mistura entre as raças europeia, indígena e africana, sendo a primeira considerada mais importante, e responsável por dominar tal processo, seu destino final: "O sangue Portuguez, em um poderoso rio deverá absorver os pequenos confluentes das raças India e Ethiopica" (Martius, 1844).

temidas pela Coroa portuguesa, por serem consideradas demasiadamente autônomas, tais missões são reconhecidas como uma das mais bem sucedidas políticas de civilização dos indígenas, pois:

[...] a religião prezida o nascimento do homem, segue-o em sua educação, guia-o nos negócios mais importantes de sua vida, esta presente, quando elle moribundo, o conduz ao tumulo, e [...] depois a crença dos vivos faz com que elle ainda siga os passos d'aquelle que já não existe! (Gurjão, 1855, p. 188).

Para a civilização dos indígenas deveria vir primeiro a religião, depois a educação e o trabalho. Porém, se reconhece que, após o fim destas missões, houve um retorno destes indígenas à sua vida anterior, como aponta o sertanista Lopes, um dos encarregados de buscar ruínas das reduções: “a extincção d’aquella ordem e as violências que posteriormente contra elle [indígena] se perpetraram os tornou a lançar n’essa vida de abnegação selvagem, de que urge ao governo de S. M. I. remil-os” (Lopes, 1850, p. 318). Novamente, apresenta-se a ideia de que tal processo civilizatório é frágil e de que o indígena pode facilmente retornar aos seus hábitos anteriores, “selvagens”, na falta do apoio dos religiosos.

Questionamentos sobre a possível natureza degenerada destas populações se apresentam, ecos de um importante debate acerca da natureza das Américas e das suas influências nas populações, em curso ao menos desde o século XVIII⁴⁰ (Gerbi, 1996). Em seu relato, o major Hilário Gurjão afirma encontrar diversas povoações decadentes, em ruínas, e trata da necessidade de sacerdotes, relacionando-os ao ensinamento do trabalho sedentarizado, conforme já notamos anteriormente:

O decrescimento que se nota em quazi todas as povoações d’este rio é devido não tanto á falta de habitantes como á auzencia, que infelizmente sofrem as freguezias de vigários, que com suas prezenças obrigariam o povo a comparecer aos domingos e dias santificados nas povoações, não deixando assim suas cazas abandonadas muitas vezes por mais de um anno, de fórma que, sendo ellas mal construídas, é este o tempo sufficiente para demolirem-se, não havendo quem d’ellas trate: além d’isto, sendo os habitantes d’este rio quazi todos indígenas, será mister, que os mesmos

⁴⁰ Mapeado com atenção pelo historiador Antonello Gerbi, este debate tem origem nas teses de imaturidade do mundo natural americano, elaboradas pelo naturalista Georges-Louis Leclerc, conhecido como conde de Buffon. Segundo ele, sendo mais novo, o continente era menos desenvolvido, e os indígenas poucos e débeis, submissos à natureza. O filósofo Cornelius de Pauw concorda com a inferioridade americana, mas a atribui não a uma imaturidade, mas a uma decadência deste continente. Vítimas desta natureza, consequência de um clima nocivo ou de catástrofes, de Pauw afirma que as pessoas de origem americana também seriam degeneradas. Ambos tratam aí das pessoas indígenas, mas o abade Guillaume-Thomas Raynal estende tal constatação a todos que fossem viver nas Américas, independente de suas origens. Ocorrerá também uma contestação a tais teses, advogada principalmente por membros das elites eurodescendentes americanas (Gerbi, 1996).

vigários lhe mostrem a conveniência que há em terem suas terras plantadas, fazendo-lhes ver as vantagens que dahi lhes vem, promovendo por essa fôrma o amor ao trabalho, e a ambição de que tanto carecem, resultando daqui que, adoptados uma vez estes princípios, já não abandonarão os lugares, em que rezidem, com a mesma facilidade que hoje fazem, por nada terem (Gurjão, 1855, p. 186-187).

Gurjão aponta traços da cultura material indígena, como a utilização de matérias primas florestais, perecíveis, para a construção de moradias, aspectos que os possibilitam trocar de local de habitação e facilmente construir novas casas, o que é visto negativamente. O autor também critica a falta de uma ética católica, mas ainda assim derivada de um espírito de valorização do trabalho e da acumulação de riqueza, em contraste com as culturas autóctones que desconheciam a produção para comércio, a troca mercantil e a propriedade de bens.⁴¹

Além da falta de vigários, a gradação entre mais ou menos civilizados passa também por ideais de aprimoramento humano que se disseminavam fortemente no século XIX. Aos poucos a noção de alteridade com relação aos indígenas passa a ser temporalizada, entendendo-se que estes estavam no passado. Foi neste momento que se gestaram as teses de evolucionismo social, que se fizeram extremamente influentes poucos anos depois, levando à biologização do debate racial (Fabian, 2013). Perto destas noções, encontramos o relato do estadunidense John Elliot, que inclusive apresenta uma gradação de nível civilizatório entre diferentes grupos indígenas, relacionando-a diretamente à proximidade com a raça branca e com as atividades produtivas destas populações:

Fui visitar a aldeã dos *Guanás*, situada a pouca distancia de Albuquerque; esta se compõe da grande família dos *Chanés*, dividida em varias tribus, sendo das mais notáveis a *Ganá* propriamente dita, os *Quiniquináos*, os *Terenas* e os *Layanas*. Estes índios são industriosos, tecem pannos de algodão de varias qualidades e padrões, e applicam-se á agricultura. São (geralmente fallando) alvos, bem feitos e muito tratáveis; a sua physionomia approxima-se da raça caucasica, muito differente dos *Guaycurús*, *Xamococas* e outros, que têm mais semelhança com a mongolica (Elliot, 1848, p. 171).

Assim, o trabalho, notadamente a agricultura e o artesanato, são ressaltados nos relatos. São atividades consideradas civilizadas e, portanto, valorizadas pelo discurso constante na RIHGB.

⁴¹ Para o sucesso civilizatório era necessária a urbanização destes locais, com autoridades locais que prezassem pelo abastecimento local, pelo controle da população, pelo alinhamento das ruas, pelo policiamento e pela higiene da povoação (Araujo, 2016).

Entretanto, o auxílio prestado por indígenas aos autores viajantes para que possam sobreviver e se deslocar pelos sertões é essencial para a realização da própria tarefa civilizatória à qual estes se propõem. Indicação de rotas, dicas de quais populações no caminho podem ser perigosas, guarnecimento de alimentos, proteção, abertura de picadas, carregamento de bagagem, são providenciados por indígenas, sejam eles companheiros da comitiva (Elliot, 1847, p. 17) ou encontrados durante a própria viagem: “Uma rede de embira me foi offereccida para descansar; bem como era presenteado a cada passo por eles com milho assado, cará, tingas, etc” (Elliot, 1848, p. 171). Embora algumas vezes tais ajudantes sejam citados, seu trabalho é pobremente valorizado.

Também cabe lembrar que o próprio trabalho dos sertanistas, encontrar meios de subsistência e de deslocamento nos sertões, lhes foi ensinado primeiramente pelos indígenas, que detêm os conhecimentos de como enxergar e sobreviver nestes ambientes (Corrêa, 2015, p. 79-80). Porém, diferentemente dos indígenas, os sertanistas eram percebidos como confiáveis, como reais agentes do processo civilizatório.

Também são perigosas e mal vistas outras populações que, embora não percebidas como indígenas, tampouco o são como benéficos agentes da civilização. O tenente José Carlos de Carvalho aponta as dificuldades de civilizar a área das matas do Jacuípe, na província de Alagoas, habitada por criminosos que chama “facínoras”, pessoas que lutaram nas rebeliões da Cabanagem e ou da Praieira⁴² e que atacam povoações próximas, tornando-as inabitadas e impedindo sua vinculação ao Estado imperial:

Esta parte, porém, a mais rica da provincia, acha-se quasi inculta: n'ellas existem montanhas e profundos valles, outr'ora occupados de espaço a espaço por sitios isolados, pertencentes aos índios e outros habitantes dos quaes hoje apenas se descobrem os vestígios, pois que foram pela maior parte destruídos na ultima guerra de cabanos, uma das mais calamitosas que o governo se tem visto obrigado a sustentar contra selvagens índios e facinorosos que infestam estes lugares, e cujo numero diariamente augmenta (Carvalho, 1850, p. 342).

Ao adotarem o banditismo, populações não percebidas como indígenas, mas provavelmente miscigenadas, eram associadas também aos “índios selvagens”.

⁴² Embora o período da regência e os primeiros anos do governo de Dom Pedro II sejam repletos de revoltas, elas raramente são citadas nos relatos de viagem. Importante perceber que seu ocultamento demonstra aquilo que Francisco Foot Hardman denomina modo delével na criação do *efeito de ilusão-Brasil*, o silenciamento de qualquer narrativa e memória que se oponha àquela oficial do Estado (Hardman, 2003).

Entende-se que eles teriam perdido sua cultura, voltando ao mundo natural, portanto. Estas populações que viviam longe do litoral e das populações diretamente percebidas como civilizadas e brancas, com menor contato com o Estado, mas que tampouco eram entendidas como negras ou indígenas, são ignoradas pela intelectualidade da época. Estes sertanejos fogem às categorias de análise relevantes para os letrados da época e são raramente aparentes nos relatos aqui examinados⁴³. Mesmo assim, nestes raros momentos, são enquadrados dentro da mesma matriz que os situa dentro do processo civilizatório, próximos ao local do “selvagem”. Tal como os sertanistas, possuem conhecimento de como viver nos sertões, porém, ao invés de recursos, são obstáculos ao processo civilizatório. A continuação do trecho demonstra esta vinculação entre tais populações e os animais, chamando-as de “matilha de feras deshumanas”, retirando sua humanidade e atrelando-as à natureza. Entretanto, José de Carvalho aponta que simplesmente atacar tais criminosos não seria a solução. Afirmar que não seria possível domesticá-los pela força, e aponta outra maneira de lidar com tal problema:

Uma longa e dura experiencia tem mostrado que não é com força bruta que o governo conseguirá domar esta matilha de feras deshumanas, porque ella, mais conhecedora das localidades e seus recursos, afeitas a privações de toda a natureza, sem ter o que perder, visto que a sua bagagem é personalíssima, não faz senão a guerra de postos, e só de surpresas, não se demorando em lugar algum; e por esta forma tem sempre zombado e zombará das forças do governo, que, por mais numerosas que sejam, não poderão occupar militarmente as excellentes e fortes posições dentro das matas.

A maneira mais efficaz de adoçar os costumes de um povo é facilitar-lhe as relações com os seus vizinhos mais civilizados, é infundir no seu seio o amor ao trabalho; e, sem duvida, isto o governo alcançará abrindo boas vias e communicação, e estabelecendo ao longo d’ella diversos nucleos de uma população activa e industriosa, entre a qual facilitando todos os meios de fazer novas fontes de riqueza para o paiz, achará sempre nas numerosas famílias que fizer prosperar, uma multidão de defensores da ordem publica (Carvalho, 1850, p. 342-343).

A “domesticação” desta “matilha” seria realizada através da abertura de caminhos para conectar estes locais às zonas de domínio imperial e do estabelecimento na região de populações civilizadas, afeitas ao trabalho, que manteriam a ordem pública. Apesar de recomendar que ao menos uma das colônias

⁴³ Turin observa que, diferentemente do ocorrido em países europeus, a etnografia brasileira no período é relacionada apenas à figura do indígena ou “selvagem”, ignorando o “popular” e os negros escravizados. Tal restrição de interesse é relacionada à necessidade de traçar uma continuidade civilizatória entre o Estado português e o Império brasileiro, mais importante do que uma busca pelas origens do povo que habitava de fato o território brasileiro como um todo. Assim, apenas a figura do indígena, relacionada à imagem nacional, conforme já apontamos, é focada, para além da herança portuguesa, que não seria analisada campo da etnografia, mas pelo da história (Turin, 2013).

criadas fosse militar, a manutenção da ordem não ocorreria apenas por meio da resistência bélica contra aqueles considerados perigosos, mas pelo fato de os colonos servirem de exemplo em seu labor e por se considerar que logo os “industriosos” seriam demograficamente mais importantes que os “selvagens”:

Assim uma colonisação bem estabelecida é o melhor meio de tirar das matas de que tratamos as grandes vantagens que offerecem ao pai; em primeiro lugar porque a colonisação de homens laboriosos não póde deixar de dar fortíssimo impulso á actividade dos actuaes habitantes, visto que não se póde negar a força do exemplo; e mesmo quando isto não acontecesse, como a observação constante mostra que a parte industriosa da população é a que multiplica com mais rapidez, e que conserva mais tempo os costumes primitivos, e a que degenera mais tarde, viriam a final estas matas a povoar-se de individuos originados d'esta colonisação, que perpetuariam os hábitos e costumes de seus ascendentes (Carvalho, 1850, p. 343).

Assim, torna-se perceptível que, embora exista a vontade de civilizar aquelas populações perigosas, esta ideia está em segundo plano. O principal objetivo é trazer à região pessoas de origem europeia, que manteriam os “hábitos e costumes” de seus ancestrais, mesmo nas condições adversas das zonas de mata, e a civilizariam, usando do conhecimento para aproveitar os recursos naturais da região (Carvalho, 1850, p. 343-344).

A civilização dos indígenas é uma saída secundária, que é indicada prioritariamente apenas em regiões distantes, em que há dificuldade de levar populações europeias, como defende o major Henrique Rohan acerca da província do Mato Grosso:

É realmente incrível que, sendo tão limitada a população na provincia de Mato Grosso, e tão difficil, bem que possível, augmental-a por meio de colonisação estrangeira, não se tenha procurado lançar mão dos seus próprios recursos, chamando á civilisação e melhorando a sorte das diversas tribus indianas que n'ella habitam (Rohan, 1847, p. 382).

As posições do major, entretanto, são divergentes da maioria das apresentadas nos relatos de viagem do RIHGB analisados nesta dissertação. Diferentemente dos outros autores, Rohan, ao comparar, em um trecho de sua escrita, indígenas “selvagens” e outros indígenas atingidos pela civilização, aponta que os primeiros seriam mais felizes, considerando tal processo, da forma como ocorria, maléfico para os indígenas, e apontando influências do romantismo brasileiro em seu pensamento:

Por ellas [margens do rio Cuiabá] e pelas do S. Lourenço, Paraguay e lagôa Guahyba, vaguêam os *Guatós*. Estes indígenas, divididos em familias isoladas entre si, são polygamos, e a um conheço com doze mulheres e numero proporcional de filhos, pelo que chamam os nossos João Rebanho. O amor da independencia os conserva n'estas solidões, onde ninguem os

incommoda, e n'este sentido são elles mais felizes que algumas hordas sedentarias, a quem a civilisação se tem apenas mostrado pelo lado que menos lisongeia o homem simples (Rohan, 1847, p. 377).

Assim, neste momento de formação do país, existem muitas dúvidas sobre quem seria o futuro povo brasileiro, sobre a possibilidade de civilização dos indígenas e do próprio território nacional. Entretanto, a noção de que o país ideal seria composto por populações brancas, vindas da Europa, é certamente majoritária.

Neste sentido é importante notarmos o texto escrito pelo reverendo vigário Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva sobre São Pedro de Alcântara, colônia alemã fundada na província de Santa Catarina. Já no começo de sua escrita, o sacerdote aponta que o governo imperial reconhecia a colonização como única saída rápida para gerar riquezas a partir da natureza da região, revelando as riquezas escondidas na natureza através do trabalho:

O governo central do Brasil, reconhecendo sem duvida a necessidade de lançar mão da colonisação, unico meio para de prompto povoar o vasto territorio de Santa Cruz, e fazer apparecer as riquezas que se occultam em seus fertilissimos campos, pôde engajar não pequeno numero de familias allemãs, que successivamente fez distribuir pelas provincias do Sul (Paiva, 1848, p. 504).

A rapidez deste processo jamais seria possível com as populações indígenas que teriam de, primeiramente, ser civilizadas, para que depois elas pudessem civilizar a região. Com a chegada dos alemães, este processo começa de forma quase imediata. Eles cortam a mata nativa, vendem madeiras e plantam culturas proveitosas para o comércio, notadamente de origem europeia e asiática. Além disso, pacificam o espaço afastando os indígenas que, segundo o vigário, não habitavam a região, mas a infestavam:

Os sertões que lhe ficam ao sul e oeste tem sido descortinados pela foice de lavradores laboriosos e constantes; deixando apparecer, entre florestas de preciosas madeiras de construcção, terras próprias para liberalisar-nos todos os fructos de que abundam a Europa e a Asia. Os indigenas que outr'ora infestavam o continente a ponto de se approximarem da capital em distancia menor de cinco leguas, hoje amedrontados pela visinhança dos colonos têm abandonado esses lugares, de modo que um só já não apparece na longa estrada de 34 leguas, que communica a Villa de S. José com a de Lages. Hoje o viajante caminha tranquillo, não teme a flecha do *Bugre*; e o lavrador habitando solitario esses sertões, goza das dilicias do campo, sem receiar os perigos do ermo (Paiva, 1848, p. 519).

A criação de colônias de europeus e a abertura de vias, soluções apontadas pelo tenente José de Carvalho para a pacificação das matas do Jacuípe, surtiram efeito na região catarinense. Porém a aventada possibilidade de civilização das

populações do local pelo exemplo não ocorreu. Pelo contrário, elas foram expulsas. A pacificação é para a sociedade considerada civilizada, não para aqueles povos que habitavam a região anteriormente.

Já o aumento demográfico dos novos habitantes, outra ideia apresentada pelo tenente, ocorreu na região de imigração alemã, o que se considera benéfico ao país:

É também fóra de duvida que a população da provincia tem tido augmento consideravel no decurso de quasi vinte annos, que temos a ventura de possuir esta colonia, composta de individuos industriosos, pacíficos, amigos do trabalho, e que longe de servir-nos de peso, pelo contrario, tem concorrido em grande escala para o engrandecimento do paiz que abriu os braços para hospedar-os [...].
[...] o governo, que, conhecedor das necessidade d'esta provincia, sabe empregar os meios adequados a eleval-a ao gráo de prosperidade e grandeza a que a destinou a natureza (Paiva, 1848, p. 520-521).

A grandeza da natureza brasileira se concretiza quando bem utilizada como recurso no processo civilizatório, através do trabalho. Porém esta dedicação à labuta na terra é apontada por Joaquim Paiva como uma característica distintiva dos alemães. Para o vigário, os brasileiros não teriam o mesmo caráter, sendo mais interessados em lucro fácil através da especulação com as terras, sem maiores esforços:

Reconheço que os brasileiros devem ter igual direito a obterem datas de terras devolutas; mas estou convencido também que estas terras, quando se concedem, é para o fim de ser cultivadas, e nunca para conserval-as em mato virgem, na espectativa de achar occasião opportuna de vendel-as com grande lucro; obstruindo entretanto ao adiantamento de uma povoação interessante que quer estender-se. É isto uma especulação que bem pouco louvavel (Paiva, 1848, p. 514).

Finalmente, seu compromisso com a fé cristã também é louvado, com certo trecho apontando que teriam enfrentado diversos obstáculos do mundo natural para comparecer aos cultos. A civilização dos alemães resiste à natureza adversa:

Em uma de nossas visitas a esta ermida apanhávamos grandes aguaceiros, e os caminhos tornaram-se tão intransitaveis a ponto dos mesmos animaes não poderem segurar-se, pois que nos morros era perigoso caminhar, visto que as chuvas os tinham tornado muito escorregadios, e nas baixadas não menos perigo havia em entrar nos enormes tremedaes que ahi se formavam.
N'esta occasião admirei o fervor com que aquella porção de fieis procuravam assistir aos officios divinos. Homens, mulheres e crinaças em numero de duzentas pessoas caminhavam a pé, arrastando com prazer tão penosos incommodos! (Paiva, 1848, p. 509).

Mesmo com a alegada falta de religiosos para ministrar os cultos, a população alemã se mantém fiel, se apresentando como uma antítese ao comportamento dos inconstantes indígenas.

Finalmente, devemos notar como as populações de origem africana surgem nos relatos da RIHGB. Tal como apontamos em relação aos indígenas, alguns relatos mostram pessoas africanas ou de origem africana, negras, como guias e ajudantes nas viagens. Porém, diferentemente dos originários, temos aqui pessoas escravizadas.

Assim, o cônego Carvalho e Cunha, em sua busca pela misteriosa cidade perdida na província baiana, alegando estar doente e o tempo ruim, não hesita em mandar, junto de seu ordenança, um homem negro que era escravo de um fazendeiro da região que lhe deu guarida. Serão eles, o ordenança e o escravizado, que farão o reconhecimento da região, que será posteriormente narrado pelo cônego em seu relato:

Continuei, todavia, a mandar examinar os rios d'esta serra, que são muitos, a ver se descobria vestígios da cidade abandonada; e só me restava por fim o Parassusinho, indagação que eu reservava para mim; mas apesar de me ficar perto, não me atrevi a ir no principio de minha convalescença por ser muito o frio n'esta serra, não ter barraca, a neblina mui fechada, e temer com fundamento uma racahida. Já sem esperança de poder concluir minha missão scientifica por falta de meios, em quanto acabava de convalescer para descer para a Bahia, mandei o ordenança com um negro Indino n'estas matas, escravo de Alexandre José Pereira, a examinar a catadupa de Parassusinho (Cunha, 1842, p. 400-401).

Assim, como Carvalho e Cunha, certamente diversos outros viajantes foram acompanhados por escravizados, que faziam o mesmo que apontamos sobre os indígenas que compunham as comitivas de viagem, exploravam como batedores, carregavam os equipamentos, abriam trilhas, encaravam os maiores riscos, arranjavam a comida, etc. Entretanto, raramente eles aparecem na escrita dos autores viajantes, sendo o relato do cônego uma exceção.

A invisibilidade dos escravizados em relatos de viagem do Brasil é extremamente presente neste período. As imagens da escravidão e dos horrores vinculados a ela destoavam daquele ideal de nação que se queria constituir, quer se pense na natureza bela e grandiosa e no idealizado indígena valoroso do romantismo literário, quer se pense no processo de submissão de ambos, natureza e indígena, levando o país à civilização. Da mesma forma, mulheres, desempregados, criminosos, analfabetos, rebeldes, entre outros grupos, eram

excluídos das narrativas (Süssekind, 1990). Há um silenciamento profundo destes *outros*, uma discursividade que assim destaca aqueles que escrevem, os que se consideram civilizados, bem como “sua moral, seus saberes, suas instituições, seus discursos ufanistas” (Losada, 2007, p. 157).

Assim, os negros escravizados são apagados da escrita oficial no país a se formar. Neste sentido, tratando especificamente do IHGB, é elucidativo o caso do parecer do Instituto acerca da obra *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, de Jean-Baptiste Debret, pintor francês que viveu no Brasil entre 1816 e 1831 a convite da Coroa, compondo a Missão Artística Francesa. O rechaço à obra citada se deveu ao retrato de cenas cotidianas da escravidão no Brasil, fugindo daquela imagem que o IHGB buscava elaborar (Süssekind, 1990).⁴⁴

É importante ressaltar que o Instituto era extremamente vinculado à Coroa, e composto por pessoas que faziam parte das elites do país. Assim, a posição não-abolicionista estava sempre presente. Não sendo proveitoso para estes viajantes escritores mostrar os horrores da escravidão, por suscitar denúncias a tais práticas nefastas, era melhor simplesmente apagar tais elementos das narrativas, e caso se acabasse por registrá-los, fazê-lo de forma acrítica, como notamos no relato do cônego. Na continuação de seu relato, seu ordenança e o negro escravizado trazem o relato daquilo que foi visto e se citam os perigos e dificuldades pelos quais passaram:

Voltaram passados 15 dias, não tendo achado noticia da catadupa d'este rio, mas só de um sumidouro de 20 ou 30 passos de extensão, depois do qual surgia o rio, [...] e vendo uma boa estada para subir aos morros, deixando em baixo sua matalotagem e cavalgadas, subiram a pé até acima, observando a estrada guarnecida de mandeós (espécie de laços para feras) chegando ao alto avistaram, a pouco mais e légua, uma povoação grande, na qual sentiram rufar tambor, e ás Aves-Marias viram subir d'ella muitos foguetes; retiraram-se, e quando chegaram no rancho só encontraram as cavalgadas, e os negros lhe haviam queimado toda a roupa e matalotagem; pozeram-se a caminho, e se não apanhassem algum caça, com que chegaram ao Cincorá, de certo tinham morrido todos de fome. É este pois o quilombo dos negros, do que tanto me informaram quando aqui cheguei, e que segundo estas modernas noticias estão senhores da cidade abandonada (Cunha, 1842, p. 401).

Além disso, podemos perceber outro lugar em que aparecem populações negras, como quilombolas. O citado quilombo é um obstáculo ao encontro da cidade

⁴⁴ Também o francês Denis Ferdinand, um dos inventores do romantismo brasileiro, conforme já apontado neste trabalho, silenciou sobre a sociedade colonial, priorizando a natureza e o indígena em sua escrita. Tal rechaço neste caso ocorreu por Ferdinand considerar a sociedade branca “culturalmente carente, religiosamente farsante” (Lima, 2007, p. 144).

perdida, à missão do cônego, àquilo buscado pelo IHGB e, portanto, ao processo civilizatório. Os quilombolas queimam os víveres daqueles encarregados de explorar a região e se apoderam da misteriosa cidade buscada por Cunha. Os tambores e foguetes daqueles “negros fugidos, a que alli tinha feito assento há muitos annos” (Cunha, 1842, p. 399) são motivo de espanto. O temor de seu encontro havia inclusive motivado que o cônego tivesse solicitado tropas para “fazer face aos negros” (Cunha, 1842, p. 399), porém, enquanto aguardava por respostas, não hesitou em enviar os dois homens na frente, sem ligar para os perigos que poderiam correr na missão.

Tal como os negros escravizados, aqueles que Cunha denomina “fugidos”, que escaparam do jugo do sistema escravista, tampouco são vislumbrados como membros do povo brasileiro. Embora fossem a base do trabalho da sociedade colonial e imperial, os negros foram excluídos da ideia de nação formulada, seja em seus aspectos geográfico-territoriais, históricos⁴⁵ e na própria lei que permitiu a escravidão até 1888.⁴⁶

A busca por compreender o território brasileiro não ocorre de forma transparente e imparcial, como se os autores viajantes pudessem apreender e descrever a realidade de forma totalmente fiel. Seus imaginários, seus interesses particulares permeiam seus relatos e guiam a maneira como os autores percebem e descrevem as populações encontradas.

O apagamento dos negros, que realizavam a base do trabalho pesado na sociedade imperial, marcada pela escravidão; a constatação do grau de civilização dos diversos indígenas encontrados e questionamentos sobre sua real possibilidade de assimilação; a preferência manifesta por populações de origem europeia, já civilizadas, prontas para dominar a natureza e civilizar o território brasileiro, tornando-o parte realmente integrante do império: são estas as principais formas que as populações são narradas nos relatos de viagem dos primeiros anos da Revista do

⁴⁵ Uma exceção é o já citado texto de Martius, *Como se deve escrever a História do Brasil*, que afirma a importância da “raça” negra na formação brasileira, muito embora esta tenha menor destaque em relação à indígena e principalmente à branca em seu texto, que inclusive questiona se a influência africana é positiva ou negativa para o país (Martius, 1844).

⁴⁶ A inevitabilidade do fim da escravidão estava cada vez mais evidente no país, com pressão nacional e internacional neste sentido, embora a maneira que a abolição ocorreria e a sua data fosse ainda disputada. Neste contexto autoridades pensavam como substituir o trabalho escravo, se apresentando cada vez mais a opção pelos imigrantes europeus. A possibilidade de civilizar indígenas também era aventada, embora com menor frequência, enquanto o uso do trabalho negro assalariado era praticamente ignorado nas discussões, como podemos perceber no pensamento do próprio Januário da Cunha Barbosa, secretário perpétuo do IHGB (Zioni Ferretti, 2020).

IHGB. Elas apontam um modelo de país que é buscado pelo Império e dão ferramentas intelectuais para se pensar uma nação em construção, a qual poderá ser o povo brasileiro e como as pessoas encontradas se encaixam ou não neste ideal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos então ao final de nosso percurso, momento em que, tal como os viajantes fizeram, podemos analisar nossa viagem e trazer algumas considerações finais. Primeiramente, é essencial apontar que o relato sobre o território o inventa. No caso aqui estudado, esta invenção ocorre a partir da vontade de realização de um processo civilizatório. Este enquadramento usado pelos viajantes constrói a própria noção de processo civilizatório a ser realizado. Ademais, inventa o próprio lugar dos viajantes como autoridades, responsáveis por inventariar/inventar o território brasileiro.

A verdade discursiva é o processo civilizatório. Os relatos são construídos mostrando distanciamentos e aproximações daquilo que é relatado em relação a tal processo. As evidências são a natureza como dificuldade/recurso e as populações mais próximas ou mais distantes do considerado civilizado. Estão em segundo plano a beleza e as complexidades, as diversas relações dos vários entes nos locais explorados, sendo tudo recortado conforme o utilitário, conforme os interesses imperiais, civilizatórios, capitalistas. As identidades são construídas como mais ou menos civilizado. As ações dos viajantes são de exploração, apreensão e domesticação/domínio, enquanto as práticas necessárias para seu trabalho são as de explorar para a Coroa, mantendo o olhar imperial, entrando no território para sair dele, mantendo uma distância para não se "contaminar" pelo não-civilizado. É proibido questionar a validade e necessidade do poder imperial, sendo permitidas críticas a algumas das maneiras como este é exercido. Diversas violências (contra humanos ou não-humanos) são normalizadas para atingir os objetivos de civilização.

Além disso, se vivia em um contexto em que as características relacionadas ao romantismo e seus efeitos na construção da nacionalidade também se faziam presentes. As elites brasileiras precisavam criar seu país. Não eram europeus e precisavam se distanciar destes. Quais diferenças poderiam eleger como sua marca, suas características nacionais? A natureza e o indígena! Estão aí os símbolos. Mas para quê se quer uma nacionalidade? Para ter uma base para o país, país monárquico que se quer civilizado, que quer um lugar importante no concerto das nações. Como se constrói a civilização neste território selvagem? Dominando, domesticando natureza e indígena, assim como as outras populações, se possível,

para posteriormente civilizá-los, ou, caso entendido como necessário, exterminando aquilo e aqueles que são percebidos como obstáculos.

Este trabalho contribui para o entendimento da construção da territorialidade brasileira em seus aspectos discursivos por parte de pessoas que, em sua maioria, não eram os membros eruditos do IHGB, porém tampouco eram parte da maioria da população, analfabeta e excluída da invenção da nacionalidade neste momento. Os autores cujos textos analisamos aqui estavam no meio do caminho, suas produções, seus relatos municiavam os intelectuais do Instituto para suas discussões e também faziam parte da invenção do território nacional por parte da sua elite. Os interesses individuais destas pessoas também estavam inseridos nestes relatos e, portanto também influenciavam de alguma maneira tal nacionalidade, já que as ideias sobre a nação também estão inseridas em uma teia de condições e interesses diversos, que também inclui os viajantes.

Os significados da identidade nacional se modificaram de diversas maneiras com o passar do tempo, assim como se modificou o próprio país política, social, culturalmente. É importante compreendermos a construção da nossa identidade nacional e sua relação com o território brasileiro, questão que segue extremamente relevante hoje.

Recentemente, uma pesquisa sobre a população brasileira feita pela organização Morada Comum, em parceria com a Quaest, revelou que 79% dos entrevistados afirmavam ter orgulho de serem brasileiros. O principal motivo deste orgulho, para 49% dos entrevistados, é a natureza, mais do que o dobro da porcentagem de entrevistados que disseram orgulhar-se em primeiro lugar pelas pessoas do Brasil, 18% do total (Lauro, 2024).

A velha ideia do mundo natural como principal símbolo nacional parece seguir em destaque, embora certamente com outras características. Ainda assim, tal como no período imperial, percebemos que aqueles que têm poder econômico tratam o ambiente brasileiro de forma utilitária, como um recurso a ser explorado ao máximo. Estas conclusões finais são escritas enquanto uma enorme parcela do Brasil arde em chamas⁴⁷, com a fumaça proveniente de tais queimadas sendo espalhadas por

⁴⁷ Não posso deixar de lembrar do relato de viagem de Joaquim José Pinto Bandeira, analisado nesta dissertação, que informa, concordando com tais ações, o que era feito para apropriação das terras de floresta: “como primeiro benefício, em taes descobertas, é pôr-lhe fogo”, o que garantiria que logo tal local estaria “coberto de [criação de] animaes e fazendas” (Bandeira, 1851, p. 435).

quase todo o território do país, inclusive na cidade de Porto Alegre, local em que agora, em setembro de 2024, escrevo estas palavras.

Também a desvalorização das populações nativas de diversos locais, preteridas para privilegiar a utilização econômica do território, segue ocorrendo Brasil afora. São necessárias novas territorialidades no Brasil. Ou, mais precisamente, é necessário o respeito às várias, diversas e complexas relações reais de vida que existem no território brasileiro, apagadas pela lógica utilitarista que tem como projeto a transformação de tudo isso em recurso.

REFERÊNCIAS

- ACAUÃ, Benedicto Marques da Silva. Relatório dirigido ao governo imperial, em 15 de abril de 1847, pelo inspector geral dos terrenos diamantinos da provincia da Bahia, o Sr. Dr. Benedicto Marques da Silva Acauã membro correspondente do Instituto. **RIHGB**, Tomo IX, 1847.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 08, n. 15, 1995, p. 145-151.
- ARAUJO, Patrícia Vargas Lopes. **De arraial a Vila: a criação da Vila de Campanha da Princesa: reivindicações locais, estratégias políticas e reafirmação da soberania portuguesa**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, **Perfil José Pinto Bandeira**. Disponível em: <https://www.assembleia.pr.leg.br/deputados/perfil/joaquim-jose-pinto-bandeira>
- BANDEIRA, Joaquim José Pinto. Noticia da descoberta do Campo de Palmas. **RIHGB**, Tomo XIV, p. 425-438, 1851.
- BARBOSA, Januário da Cunha. Lembrança de que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico. **RIHGB**, Tomo I. 1839.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**, v. 3, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- CABRAL, Diego Carvalho. No mutirão da vida: pensando como um historiador ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 31, p. 139-154, ago. 2014
- CAPANEMA, Guilherme Schuch de. Relatório do Sr. Dr. Capanema. **RIHGB**, Tomo XX, Suplemento, 1857.
- CARVALHO, José Carlos de. Provincia das Alagoas. Extracto dos trabalhos sobre a provincia das Alagoas, apresentados ao Presidente da mesma provincia, pelo 1º tenente do imperial corpo de engenheiros José Carlos de Carvalho. **RIHGB**, Tomo XIII, p. 336-348, 1850.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CORRÊA, Dora Shellard. **Paisagens sobrepostas: índios, posseiros e fazendeiros nas matas de Itapeva (1723-1930)** [livro eletrônico]. Londrina: EdueL, 2015.

CROSBY, Alfred W. **Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CUNHA, Benigno José de Carvalho e. Breve notícia sobre as minas há pouco descoberta no Assuruá, na provincia da Bahia. **RIHGB**, Tomo XII, p. 524-529, 1849.

CUNHA, Benigno José de Carvalho e. Carta escripta ao primeiro Secretario Perpetuo do Instituto pelo Socio correspondente o Sr. Conego Benigno José de Carvalho e Cunha. **RIHGB**, Tomo IV, p. 399-402, 1842.

CUNHA, Benigno José de Carvalho e. Correspondencias. **RIHGB**, Tomo VI, p. 318-312, 1844.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

D'ALMEIDA, Hermenegildo Antonio Barbosa. Viagem ás villas de Caravellas, Viçosa, Porto Alegre, de Cury, e aos rios Mucury e Peruhipe. **RIHGB**, Tomo VIII, p. 425-451, 1846.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DESCOLA, Philippe. **Para além de natureza e cultura**. Niterói: Eduff, 2023.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ELLIOT, John Henry. Resumo do itinerario de uma viagem exploradora pelos rios Verde, Itareré, Paranapanéma e seus affluentes, pelo Paraná, Ivahy, e sertões adjacentes, emprehendida por ordem do Exm. Sr. barão de Antonina. **RIHGB**, Tomo IX, p. 17-41, 1847.

ELLIOT, John Henry. Itinerario das viagens exploradores emprehendidas eplo Sr. barão de Antonina para descobrir uma via de communicacão entre o porto da villa de Antonina e o Baixo-Paraguay na província de Mato-Grosso: feitas nos annos de 1844 a 1847 pelo sertanista o Sr. Joaquim Francisco Lopes descriptas pelo Sr. João Henrique Elliot. **RIHGB**, Tomo X, p. 153-177, 1848.

FABIAN, Johannes. **O tempo e o outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis: Vozes, 2013.

FIGUEIRÔA, Silvia F. de M. “Engenheiros & Engenharia no Brasil”. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 122-125, jul | dez 2010.

FOOT HARDMAN, Francisco. Pontos extremos: ruínas invisíveis nas fronteiras de um país. **The Lllas Visiting Resource Professors Papers**, Austin, Texas, v. 1, n.1, p. 1-20, 2003.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GALVÃO, Miguel Archanjo. **Relação dos cidadãos que tomaram parte no governo do Brazil no periodo de março de 1808 a 15 de novembre de 1889**. Rio de Janeiro: Imprensa nacional, 1894, p. 47-75.

GERBI, Antonello. **O novo mundo: história de uma polêmica (1750-1900)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

GREGORY, Derek. (Post)Colonialism and the Production of Natura. In.: CASTREE, Noel; BRAUN, Bruce. **Social Nature: Theory, Practice and Politics**. Malden, Blackwell, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 5-27.

GURJÃO, Hilário Maximiano Antunes. Descrição da viagem feita desde a cidade da Barra do Rio Negro pelo rio do mesmo nome. **RIHGB**, Tomo XVIII, p. 183-196, 1855.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto – ensaio sobre a representação do outro** – nova edição revista e aumentada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

INGOLD, Tim. Ancestry, Generation, Substance, Memory, Land. In.: **The perception of the Environment: Essays on Livelihood, Dwelling and Skill**. London: Routledge, 2011, p. 132-465.

INGOLD, Tim. **Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição**. Petrópolis: Vozes, 2015.

JARDIM, Lauro. Pesquisa: 79% dos brasileiros têm orgulho do país. **O Globo** [online] São Paulo, dezenove de janeiro de 2024. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/blogs/lauro-jardim/post/2024/01/pesquisa-79percent-dos-brasileiros-tem-orgulho-do-pais.ghtml>>. Acesso em: 10 set. 2024.

KODAMA, Kaori. **Os Índios no Império do Brasil: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; São Paulo: EDUSP, 2009.

LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia: oito conferências sobre a natureza no Antropoceno**. São Paulo / Rio de Janeiro: Ubu Editora / Ateliê Humanidades Editorial, 2020.

LOPES, Joaquim Francisco; MACHADO, João da Silva. Itinerario de Joaquim Francisco Lopes, Encarregado de explorar a melhor via de comunicação entre a provincia de S. Paulo e a de Matto-Grasso pelo Baixo Paraguay. **RIHGB**, Tomo XIII, p. 315- 335, 1850.

LOSADA, Janaina Zito. **A paixão, a natureza e as idéias da história: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no século XIX**. Tese (Doutorado em História). Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2007.

LÖWY, Michael. **Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

LUND, Peter Wilgelm. Carta do Dr. Lund, escripta da Lagôa Santa (Minas Geraes) a 21 de Abril de 1844. **RIHGB**, Tomo VI, 1844.

LUND, Peter Wilhelm. Carta escripta da Lagôa Santa (Minas Geraes), ao Sr. 1º Secretario do Instituto, pelo sócio honorario Sr. Dr. Lund. **RIHGB**, Tomo IV, 1842.

LIMA, Luiz Costa. **Trilogia do controle**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: UNESP, 1997.

MANTOVANI, Rafael. Contradições do romantismo brasileiro: Santa Rita Durão, Gonçalves de Magalhães e o problema da conquista. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 22 - Nº 53 - Jan./Abr. de 2023.

MARTIUS, Karl Friederich Von. Como se deve escrever a História do Brasil. **RIHGB**, Tomo VI, 1844.

MIGNOLO, Walter. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

MURARI, Luciana. **“A procissão de milagres”: A natureza como mito e matéria na poesia colonial brasileira**. No prelo.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. **Cientificismo e sensibilidade romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

O'GORMAN, Edmundo. **La invención de América: Investigación acerca de la estructura histórica del nuevo mundo y del sentido de su devenir** [livro eletrônico]. México: Fondo de Cultura Económica, 2010.

OLIVEIRA, Manoel Rodrigues. Novos indícios da existencia de uma antiga povoação abandonada no interior da provincia da Bahia. **RIHGB**, Tomo X, p. 363-386), 1848.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados** 24 (68), 2010.

PÁDUA, José Augusto. Martius e a Construção do Território Brasileiro. **Martius-Staden-Jahrbuch**, v. 62, p. 56-68, 2018.

PÁDUA, José Augusto. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil Escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PAIVA, Joaquim Gomes d'Oliveira e. Memoria historica sobre a colonia allemã de S. Pedro D'Alcantara estabelecida na provincia de Santa Catharina. **RIHGB**, Tomo X, p. 504-523, 1848.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

PRZEWODOWSKI, André. Comunicação entre a cidade da Bahia e a villa de Joazeiro. **RIHGB**, Tomo X, p. 374-386, 1848.

ROHAN, Henrique de Beaurepaire. De Cuyabá ao Rio de Janeiro, pelo Paraguay, Corrientes, Rio Grande do Sul e Santa Catharina, em 1846. **RIHGB**, Tomo IX, p. 376-397, 1847.

SÁ, Ana Priscila de Sousa. O IHGB e a escrita das histórias das províncias. **Intellèctus** -v.22, n.2 2023, p.225-242, jul-dez. 2023

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. A curva do tempo: as transformações na economia e na sociedade do Estado do Brasil no século XVIII. In.: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil Colonial 1720-1821**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEGURADO, Rufino Theotonio. Viagem de Goyaz ao Pará. **RIHGB**, Tomo X, p. 178-212, 1848.

SEVCENKO, Nicolau. O front brasileiro na guerra verde: vegetais, colonialismo e cultura. **Revista USP**, São Paulo, p. 33-42, 1996.

SOUSA, Eveline Almeida de. Apontamentos sobre geografia e história nos escritos de Henrique Beaurepaire Rohan. **Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, v. 17, p. 1-4, 2018.

SÜSSEKIND, Flora. **O Brasil não é longe daqui**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SÜSSEKIND, Flora. Palavras loucas, orelhas moucas – os relatos de viagem dos românticos brasileiros. **Revista Usp**, São Paulo, n. 30, p. 94-106, 1996.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 15, 2001/2002.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOLA, Florencia; Santos, Antonela dos. Ontology and ontologies. Theoretical, political, and methodological debates. **América Crítica**, 4(2), 163-172, 2020.

TURIN, Rodrigo. **Tessituras do tempo: discurso etnográfico e historicidade no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

VIEIRA, João Pedro Dias. Extractos do Relatorio apreentado á assembléa legislativa provincial pelo Ex^o Sr. Dr. João Pedro Dias Vieira, presidente da provincia do Alto Amazonas no dia 8 de Julho de 1856. **RIHGB**, Tomo XX, p. 461-471, 1857.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

WISSENBACH, Maria Cristina Corteza. Desbravamento e Catequese na Constituição da Nacionalidade Brasileira - as Expedições do Barão de Antonina no Brasil Meridional. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 15, nº 30, p. 137-155, 1995.

ZIONI FERRETTI, Danilo José. O experimentalismo de Januário da Cunha Barbosa: projeções de futuro nacional, escravidão e a criação do IHGB (1834-1839). **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, vol. 13, núm. 34, p. 103-136, 2020.

ANEXOS

ANEXO A: TABELA DOS VIAJANTES E FONTES PRIMÁRIAS.

Profissão	Nome	Local excursão	Origem autor	Textos(s) na RIHGB	Características dos textos
Marinheiro	John Henry Elliot	São Paulo, Mato-Grosso	Estados Unidos	1847, p. 17-41; 1848, p. 153-177	Empregado de sócio, escreve p/ este
Serestaista	Joaquim Francisco Lopes	São Paulo, Mato-Grosso	Minas Gerais	1850, p. 315-335	Empregado de sócio, escreve p/ este
Militar e engenheiro	Henrique P. C. Beaurepaire-Rohan	Mato-Grosso, Paraguai, Argentina, Rio Grande do Sul, Santa Catarina	Rio de Janeiro	1847, p. 376-397	Membro correspondente do IHGB, escreve p/ IHGB
Militar e matemático	Hilário Maximiano Antunes Gurjão	Amazonas	Grão-Pará	1855, p. 183-196	Escreve para Pres. da Prov., subordinado ao mesmo
Militar	Manoel Rodrigues de Oliveira	Bahia	Brasil	1848, p. 363-386	Não membro, escreve diretamente ao IHGB
Serestaista, político, empresário e militar	Joaquim José Pinto Bandeira	São Paulo, Rio Grande do Sul	São Paulo	1851, p. 425-438	Não membro, escreve diretamente ao IHGB
Militar e engenheiro	José Carlos de Carvalho	Alagoas	Brasil	1850, p. 336-348	Escreve para Pres. da Prov., subordinado ao mesmo
Militar e juiz	Hermenegildo A. Barbosa d'Almeida	Bahia e Minas Gerais	Bahia	1846, p. 425-451	Escreve para Pres. da Prov., subordinado ao mesmo
Engenheiro	André Przewodowski	Bahia	Polônia	1848, p. 374-386	Escreve para Pres. da Prov., subordinado ao mesmo
Político, advogado e juiz	Rufino Theotônio Segurado	Goiás e Grão-Pará	Goiás	1848, p. 178-212	Escreve para Pres. da Prov., subordinado ao mesmo
Político, advogado e inspetor	Benedicto Marques da Silva Acauã	Paraíba	Paraíba	1847, p. 227-260	Membro correspondente do IHGB, escreve p/ IHGB
Vigário	Joaquim Gomes d'Oliveira e Paiva	Santa Catarina	Santa Catarina	1848, p. 504-523	Não membro, escreve diretamente ao IHGB
Cônego	Benigno José de Carvalho e Cunha	Bahia	Portugal	1842, p. 399-402; 1844, p. 318-321; 1849, p. 524-529	Membro correspondente do IHGB, escreve p/ IHGB
Presidente provincial	João Pedro Dias Vieira	Amazonas	Rio de Janeiro	1857, p. 461-471	Escreve para Assembleia Legislativa da Província do Amazonas



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Av. Ipiranga, 6681 – Prédio 1 – Térreo
Porto Alegre – RS – Brasil
Fone: (51) 3320-3513
E-mail: propesq@pucrs.br
Site: www.pucrs.br